



**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Agradecendo a presença de todas e de todos, nós declaramos aberta esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que é um espaço para o debate sobre políticas públicas destinadas a valorizar e implementar os direitos humanos dos povos tradicionais de matriz africana, povos que possuem uma participação relevante na constituição étnica, econômica e cultural da Nação brasileira.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realiza este encontro num momento em que o Brasil testemunha a escalada de violência contra os povos tradicionais de matriz africana — os seus terreiros, as suas casas, o seu sagrado —, com a prática de atos inadmissíveis de intolerância religiosa, humilhação e agressão física às sacerdotisas, aos sacerdotes e aos demais frequentadores.

No espaço desta audiência pública, nós queremos proceder a algumas discussões. Primeiro, temos um mapeamento feito dos terreiros no Distrito Federal. Com esse mapeamento, podemos construir uma rede do ponto de vista mais orgânico.

Feito o mapeamento, com emenda de minha autoria, através da Fundação Palmares, realizado pela Universidade de Brasília, nós podemos construir essas redes e, a partir disso, trabalhar com o conjunto de políticas públicas. Queremos aqui discutir políticas públicas como políticas de saúde. É fundamental que a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde — RENAFRO, que já existe, possa ser fortalecida, de modo que, com essa rede, nós estabeleçamos um suporte para a saúde.

Via de regra, um terreiro é um local de muita generosidade, de muita caridade. É um local onde se acolhe todo mundo. As pessoas entram independentemente de como são e de como amam. Independentemente da sua ancestralidade, as pessoas chegam e são acolhidas.

Por isso, neste momento em que vivenciamos uma ruptura democrática e uma falta de modéstia do próprio ódio — o ódio perde a modéstia; o ódio veste paletó, toga e farda; o ódio assume tribunas e profere toda sorte de discursos para cindir a humanidade, que é uma só, embora tenhamos várias formas de ser —, é muito importante que possamos identificar os espaços de acolhimento, de generosidade, de caridade, eu diria, espaços onde sempre se reparte o alimento. Refiro-me não apenas ao alimento necessário para que não tenhamos fome de pão, mas também ao alimento para que não tenhamos fome



de justiça, para que não tenhamos fome de beleza, para que não tenhamos as diversas fomes que o ser humano carrega — porque não carregamos só fome de pão.

Nesse sentido, pensamos que é preciso romper a invisibilidade — esse é o sentido do mapeamento — e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de redes, para que discutamos geração de emprego e renda. Nós temos várias experiências que estão sendo desenvolvidas. Queremos discutir um pouco sobre elas: como instituir uma economia solidária que considere os povos tradicionais de matriz africana e os povos de terreiros e tenha condições de estabelecer processos e políticas para gerar emprego e renda.

Dou apenas um exemplo: uma emenda de nossa autoria possibilitou um curso de *design* ou de moda afro para que as pessoas do terreiro pudessem construir e fazer a própria indumentária, que é belíssima e faz parte do patrimônio deste País. As indumentárias, as roupas utilizadas durante os rituais de matriz africana embelezam, enchem os olhos e o coração.

Nós queremos construir redes de geração de renda, onde as pessoas possam confeccionar as próprias roupas, expô-las e divulgá-las, onde possam dizer que este Brasil tem o candomblé, tem a umbanda, dentre outras expressões religiosas que fazem parte de uma riqueza imensa e que fazem parte da nossa africanidade.

Mas também queremos fazer discussões para além da rede de saúde, até porque muitas pessoas recorrem aos terreiros para se curarem de males do corpo, para se curarem de doenças e ali são sempre atendidas. Sempre há uma consulta que diz quais procedimentos elas devem fazer. Se nós pudermos potencializar essa rede de saúde dentro de práticas integrativas, acho que fortaleceremos a cidadania no nosso País.

Então, nós estamos falando de saúde, estamos falando de geração de emprego e renda, estamos falando de expressões culturais. Nós não estamos falando só de religião. Estamos falando de tradicionalidade, estamos falando de cultura, estamos falando de povos originários e de povos tradicionais, que se mantiveram viventes e absolutamente pulsantes a partir da existência dos terreiros.

Eu olho para a história, em muitos cantos, e sei que o povo brasileiro é muito resiliente, é muito resistente. Mas eu acho que os espaços de resiliência e de resistência desenvolvidos nos terreiros são inigualáveis. Eu me refiro à resistência de quem já teve a prática religiosa, a transmissão, a vida da própria cultura e da própria tradicionalidade criminalizadas. E os terreiros continuam existindo com a mesma potencialidade,



crescendo a cada dia que passa, porque eles se fortalecem não negando as suas origens, mas bebendo na força das origens, da nossa africanidade, mostrando que esse povo brasileiro sabe incorporar os elementos que constroem a nossa cultura e sabem fazer deles instrumentos de brasilidade profunda.

A nossa brasilidade é negra. Ela tem uma negritude que os terreiros constituíram quando o Brasil chegou a desenvolver, no começo do século XX, uma concepção eugenista para o embranquecimento da raça, que foi tido como política pública. Os terreiros estavam lá, mostrando que este povo negro se faz presente e que essa africanidade faz parte de nós mesmos.

Então, nós estamos falando de cultura, estamos falando de geração de renda, estamos falando de saúde, estamos falando de algo que é fundamental: a própria existência. As contas expostas, os tambores tocados já são uma expressão de combate às discriminações e à intolerância.

A própria existência da indumentária, o próprio sair às ruas, o próprio existir é instrumento de transformação e de resistência de uma prática religiosa que precisa ser exercida, porque o nosso País fala em liberdade de credo e de não credo, mas nós sabemos que essa é uma prática religiosa que, muitas vezes, não é escolhida, mas que nos escolhe, para que possamos cumprir uma missão. Ela nos escolhe, e é preciso ter o direito de exercê-la com liberdade.

Então, nós queremos fazer a discussão dessas políticas públicas e tentar potencializar o que já conquistamos. Nós temos a obrigatoriedade do estudo da África dentro das escolas, e muitas escolas não o fazem. Muitas escolas permitem que haja o estudo da África, desde que não se fale da mitologia africana, desde que não se fale das religiões de matriz africana. Aliás, quase todas as religiões que fazem parte do viver do povo brasileiro têm matriz africana.

Por isso nós estamos aqui: para fazer a discussão dessas políticas públicas e para tirar um roteiro onde possamos, com essas políticas públicas, definir prioridades, inclusive para estarem no Orçamento do Brasil, discutido pelo Congresso Nacional. Nós queremos discutir educação, saúde, geração de emprego, desenvolvimento cultural e luta contra a discriminação, para tirarmos daqui proposições que deem lastro a emendas orçamentárias, para potencializarmos a luta e fazermos valer a importância dos terreiros no nosso País.



É por isso que vamos chamar para compor a Mesa o Sr. Edson Augusto Nogueira, o Tata Edson, que é do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (*palmas*); a Sra. Nilce Naira Nascimento, a Mãe Nilce, que é Coordenadora da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde — RENAFRO (*palmas*); o Sr. Rafael Moreira, que é Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno; o Sr. João Carlos Nogueira, que é da Rede Brasil Afroempreendedor — REAFRO (*palmas*); e o Sr. Wagner Lucena, que é representante da organização Coletivo 105, com atuação em economia criativa e visibilidade.

Nós procuramos compor uma mesa que pudesse dizer respeito a vários aspectos que achamos importantes, inclusive o de segurança alimentar. Uma política de segurança alimentar tem que contar com os terreiros como fonte de criação, de construção, enfim, de acolhimento para, como eu disse, saciar as diversas fomes que o ser humano tem.

Procuramos fazer uma discussão sobre o fortalecimento cultural, sobre o empreendedorismo e a prática de geração de emprego e renda. Nós procuramos fazer uma discussão sobre a construção dos vários aspectos que podem tecer uma rede extremamente poderosa, romper com a invisibilidade, provocar o respeito e, ao mesmo tempo, brindar um processo de acolhimento e de aplauso para os povos tradicionais de matriz africana.

Nós não estamos aqui apenas para dizer que queremos tolerância. Tolerância sem respeito é hipocrisia. E nós não queremos só respeito; nós queremos homenagear os povos tradicionais de matriz africana, os povos de terreiro. Queremos considerar a importância da construção de qualquer processo mais permanente e mais sustentável de povos que trabalham com integração à natureza, com respeito à própria natureza, que consideram que nós somos frutos da nossa ancestralidade e que fazem diversas e eternas homenagens à nossa ancestralidade e, a partir daí, criam uma forma de dialogar com o divino, de maneira que nós não nos sintamos oprimidos, que não se reproduza qualquer sorte de opressão pela forma como as pessoas são, pela forma como as pessoas pensam, pela forma como as pessoas amam.

Feitos esses esclarecimentos, antes de passarmos para as discussões, o Sr. Rafael me solicita uma abertura religiosa e nós vamos acatar a solicitação. Vamos ouvir a abertura religiosa, conduzida pelo Sr. Rafael. Depois, vamos iniciar as nossas discussões.



**O SR. RAFAEL MOREIRA** - Primeiramente, a benção aos mais velhos e a benção aos mais novos.

Gostaríamos de convidar o Pai Aurélio, representante do candomblé, e a Mãe Delcione, representante da umbanda, para fazermos uma abertura religiosa. Na umbanda cantamos um hino e no candomblé puxamos uma saudação para que seja tudo tranquilo e que daqui saiam encaminhamentos e que consigamos executá-los no dia seguinte. *(Pausa.)*

Eu escolhi dois sacerdotes, um homem e uma mulher, para facilitar também a umbanda e o candomblé.

**A SRA. DELCIONE GOMES** - Rafael, eu gostaria, primeiramente, de fazer uma oração pedindo aos nossos mentores, aos nossos guias protetores, aos nossos orixás que conduzam esta reunião no melhor possível.

Então, vamos elevar os nossos pensamentos e agradecer por este dia, por esta tarde maravilhosa em que aqui estamos:

*Pai Nosso que estás no céu, santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos dá hoje, Senhor; perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. E não nos deixes cair em tentações, mas livrai-nos, Senhor, de todo o mal, porque é teu o poder, o reino e a glória para sempre. Amém!*

*Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco. Bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus. Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amém!*

Que assim seja.

**O SR. PAI AURÉLIO DE ODÉ** - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar a Mesa, todas as autoridades presentes, todos os representantes de suas casas e de suas matrizes.

Vou fazer um orim, que para nós de Nação Ketu quer dizer que o povo de Ketu tem que se abraçar, não só o povo do Ketu, mas também o povo de Angola, o povo do Jeje, o povo da umbanda, o povo da quimbanda e todos os demais seres humanos.

*(É entoado canto em língua estrangeira.)*



Que Odé, o Senhor do Arco, o Senhor da Flecha Certeira, o Caçador Supremo da Humanidade, possa com certeza fazer com que a nossa representante, a Deputada Erika Kokay, e os demais que estão do seu lado possam nos representar da melhor forma possível, enfrentando todos esses obstáculos. Com certeza estamos aqui é para vencer; não é para perder.

*(Manifestação da plateia: Axé!)*

**A SRA. DELCIONE GOMES** - Vamos cantar o hino.

*(É entoado canto em língua estrangeira.)*

**A SRA. DELCIONE GOMES** - Salve a umbanda! *(Palmas.)*

**O SR. RAFAEL MOREIRA** - Obrigado a todos.

Obrigado, Deputada.

Espero que os nossos trabalhos possam ter encaminhamentos positivos e que possamos dar a eles continuidade também.

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Para além da discussão das políticas públicas, nós também queremos discutir a construção de ações concretas de combate à discriminação do povo negro. Ao mesmo tempo, queremos o resgate da identidade e o respeito aos territórios. Os territórios têm que ser respeitados, o sagrado tem que ser respeitado. O sagrado não pode ser vilipendiado.

Também quero dizer que todos têm o direito de professar a sua fé. Temos aqui uma representante da comunidade Bahá'í, cujos adeptos enfrentam em vários locais do mundo uma perseguição muito grande.

Recentemente, esta Comissão Direitos Humanos também fez uma discussão acerca da comunidade Bahá'í e da necessidade de nos posicionarmos contra a discriminação que acontece em alguns países e que atenta contra nossa própria liberdade, contra a nossa própria existência. Eu acho que os direitos humanos são encarados como direitos humanos quando atingem a sua universalidade. O fato de alguém não pode professar sua fé atinge a fé de todas e de todos, diria eu.

Tem razão quem diz que os direitos humanos, se tivessem que ter uma cor, teriam a cor azul, que é a cor do céu, porque é o céu que protege e abarca todo o mundo. Toda a humanidade é abarcada pelo céu, que cobre e protege todo o mundo. É no céu que nasce o arco-íris, é no céu que nós vemos as nuvens, é no céu que nós também invocamos o



sagrado em várias expressões religiosas. Portanto, se houvesse uma cor, os direitos humanos deveriam ter a cor azul, que é cor do céu.

Eu queria anunciar a presença da Valéria Carvalho e da Roberta Porfírio, pesquisadoras da equipe da Universidade de Brasília que atuaram no mapeamento dos terreiros. Eu acho que foi um trabalho importante. E, como todo fruto, vai virar uma semente, assim como toda semente também vira fruto. Assim prossegue a dialética da vida, porque foi uma construção pela qual lutamos muitos anos. Conseguimos efetivar o mapeamento dos terreiros aqui no Distrito Federal. No entanto, chegamos à conclusão de que é preciso fazer o mapeamento dos terreiros do Entorno também, porque há muitas pessoas do Distrito Federal que frequentam terreiros no Entorno.

Para além disso, mapear os terreiros, como disse no início, é uma possibilidade concreta de começar um processo de construção de políticas públicas e fortalecimento de redes. Por isso nós estamos aqui no dia de hoje.

Quero registrar a presença do Hamilton Pereira, Chefe de Gabinete da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa. Quero aqui falar sobre a atuação e ao mesmo tempo a permanência em todos os espaços necessários para conter as violações dos direitos humanos do Deputado Ricardo Vale, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa. A Câmara deve estar em final de semestre. Portanto, o Deputado não pôde estar aqui, mas está aqui para representá-lo e para representar a Comissão o Hamilton Pereira, que tem uma grande história em defesa dos direitos. Ele carrega na pele, na alma e na memória as violações de direitos que este País vivenciou durante o período da ditadura, com a institucionalização da prática de tortura.

É um prazer tê-lo conosco! Mande um abraço grande para o Deputado Ricardo Vale. Agradeça-lhe a atuação, Hamilton, na defesa dos direitos da nossa cidade.

Informo que esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela *TV Câmara*. É importante que o Brasil inteiro possa nos assistir neste momento. Ela deve ser em algum momento retransmitida também.

Dando início à nossa audiência pública, chamo para fazer uso da palavra o Sr. Rafael Moreira, Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e do Entorno. Logo em seguida, eu passarei a palavra para o Wagner, para o João Nogueira e para a Nilce. Depois, concluiremos com o Tatá Edson. (*Palmas.*)



**O SR. RAFAEL MOREIRA** - Mais uma vez, a bênção aos mais velhos, a bênção aos mais novos. A Deputada começou falando de políticas públicas de inclusão, como o mapeamento dos terreiros. Nós conseguimos mapear 330 terreiros, alcançando 400 casas. Porém, algumas casas ainda têm medo da AGEFIS, ou seja, receio de qualquer fiscalização que chegue à nossa casa.

Fizemos o mapeamento desses 330 terreiros, mas, Deputada, usamos muito mais a cartografia para descobrir onde estamos, quais são as nações e quem são os sacerdotes. Como em todos os trabalhos, há dificuldades. Há erros, há acertos. E nós tivemos dificuldades, principalmente porque havia um *link* na Fundação Cultural Palmares para aqueles que, independentemente de serem filiados à Federação da qual eu sou Presidente, de serem ligados à Força Afro, do Moreno; à Rede Afro, do Pai Alexandre de Oxalá, ou seja, a qualquer outra instituição; independentemente de ligação com qualquer instituição, até mesmo a AFROCOM, com o Pai Lilico na Presidência; e também de participantes do FOAFRO-DF, FOAFRO-VAL, entre outros...

A nossa meta era atingir os 700 terreiros que existem dentro do Distrito Federal. Nós temos um pré-mapeamento de quase 700 terreiros. Nós conseguimos visitar 400 e mapear 330. Essa foi a primeira fase da cartografia. Esperamos a continuidade da cartografia assim que possível. E também chegaremos à RIDE, regiões integradas do Entorno também, alcançando Cristalina, Alexânia, Formosa e Unai.

Há um levantamento nosso que diz que temos quase 2 mil casas de santo em todo esse espaço. Muita gente inclusive no Entorno acabou dizendo: "*Ah, eu não consegui...*" E outras casas não quiseram participar mesmo. Disseram que o mapeamento não ia dar certo, que não prestava, isso e aquilo outro. Houve um orçamento da Deputada Erika, por meio do qual foram feitas aquisições, principalmente para geoespaçamento, para que nós conseguíssemos de fato ingressar na Internet, acessando com mais facilidade a tecnologia.

O ponto agora, após o mapeamento, é justamente o das políticas públicas. Como nós vamos fazer, como nós vamos legalizar isso? Hoje, nós temos o problema da Mãe Elvira, da Mãe Dijé, que estão no Areal e estão inclusive sofrendo um processo de retomada de posse, ou seja, querem tomar os terrenos, porque alegam que uma parte foi invadida, que tem a comunidade, que vai se transformar em outro setor. Ou seja, já estiveram na Procuradoria, e o processo está caminhando para isso, mas o mapeamento,





inclusive com a entrada desses dois terreiros, fortaleceu o processo, porque eles já existiam naquele local. Então, retomá-los, mudá-los de um lugar para outro, com indenização... Nós sabemos que indenizar não é assim: *"Vamos tirá-lo daqui, avaliamos em tanto, amanhã o dinheiro estará na conta; você constrói de novo."* Nós sabemos que não funciona assim. Então, a parte das políticas públicas já começou a se fortalecer.

Na primeira vez em que o livro foi lançado, essas duas casas constavam do mapeamento, nós conseguimos achar o embasamento e dizer: *"Olha, vocês não podem mexer, porque eles já fazem parte de um patrimônio. Ele existe."*

Muita gente vem conversando, com o pedido para que as casas sejam legalizadas. *"Ah, eu estou filiada à Federação. Está resolvido o meu problema?"* Não, todas as casas necessitam de estatuto, de CNPJ, ou seja, há uma legalização toda.

Chegamos ao segundo problema da Mãe Dijé, da Mãe Elvira e de mais duas casas que estão lá. Passamos pelo processo da Casa do Pai William. *"Derruba! Não derruba! Houve invasão! Não houve! Derruba o terreiro! Deixa a igreja!"* Ou seja, tentamos unir as forças de todas as instituições para ajudá-lo a continuar naquele local, com a força política do nosso povo de santo tentando agregar esse pessoal, cada um em seu lugar.

A conclusão do mapeamento se dará com implantação de algumas ações por parte do GDF, que teve a coparticipação da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos — SEDESTMIDH, como a Deputada Erika colocou, dentro dos terreiros. Mas, para que esses projetos de aquisição de roupa, da indumentária, venham a funcionar, teremos que ter estatuto, CNPJ... Sem isso, é impossível até para a Deputada ajudar algumas casas de santo.

Em consequência, pedimos de volta a SEPPIR/DF, porque dentro da SEPPIR/DF realmente havia uma diretoria que trabalhava com as comunidades de ações afirmativas, que são os quilombolas, os ciganos, os religiosos de matriz africana. Não podemos também deixar de acrescentar que, com os terreiros com visibilidade no mapeamento, nós ganhamos um pouco mais de respeito no combate à intolerância religiosa. Nós tivemos no Governo passado o nosso eterno Secretário de Cultura Hamilton Pereira, que hoje se encontra representando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, representando o Deputado Ricardo Vale, um grande parceiro para essa construção, principalmente quando existia a SEPPIR. Recorriamos ao Hamilton sempre que



precisávamos de alguma coisa. O Hamilton sempre dizia: *"Espera aí, que vamos resolver agora"*. Há o combate racial, o combate à intolerância religiosa dentro do próprio Estado. Sofremos mais dentro do nosso próprio Estado. Há uma intolerância institucional dentro dos cargos do GDF e do Governo Federal. Nós não conseguimos fazer o processo passar de fase. Nós chegamos à portaria, protocolamos o pedido. Se pegamos um atendente evangélico, o nosso processo fica para depois. Aparece aquele velho e antigo ditado: *"Pode me dar o currículo, que eu o guardo na gaveta."*

Vimos passando por isso em muitos processos no atual momento, como nos processos da Mãe Dijé e da Mãe Elvira. É claro que as políticas públicas de mapeamento chegam regularizando aqueles terreiros que já estão lá, comprovadamente no local há anos e anos, para disponibilizar também mais terras para que os nossos terreiros possam ocupá-las. É claro que a cada cem pedido de terras, ganhamos uma — quando ganhamos! Mas vamos ter agora um quantitativo para mostrar que necessitamos. Agora mesmo, a Mãe Vera está passando pela mesma situação, com a lei complementar do Governador Agnelo, que dizia — se eu não me engano, o 605, Deputada — que, se você hoje ocupa uma terra pública, você tem direito, primeiramente, de adquiri-la ou de comprá-la, ou seja, de parcelá-la. E, em sendo instituições sociais, religiosas, nós teríamos um certo desconto para adquiri-las, e aí não está acontecendo isso com as terras públicas do DF. Infelizmente, o Governador do Distrito Federal vem vendendo as terras.

Em 1998, o então Governador Cristovam criou o decreto da doação; hoje, não; hoje é a "compração" mesmo. *"Você me paga tanto, e a partir de hoje, para você entrar na prainha, eu tenho que te cobrar tanto"*.

Nós fomos contra isso e já corremos atrás, tanto é que todos sabem que, até outubro do ano passado, estive no gabinete da Deputada Luzia de Paula, mas, quando ela decidiu ir para o PSB, para a base do Governo, nós conversamos e saímos do Governo.

Esperamos que um novo Governo entre e que realmente tenha olhares focados também para as religiões de matriz africana. E é claro que não podemos esquecer que estamos em ano eleitoral e, mais uma vez, abrimos nossas casas para aqueles que vêm oferecer um café da manhã, mil reais ou cinco reais, mas que amanhã nada vão fazer por nós, de fato, sejam eles candidatos a Governador, Presidente...



Estamos com o problema do Presidente da Federação dos Quilombolas no Estado do Rio Grande do Norte, que se declarou apoiador do Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Todos aqueles que são negros, todos os que são de religiões de matriz africana, todos os perseguidos, como somos nós — e aí eu não tenho receio de falar —, e que dizem votar em Jair Bolsonaro, infelizmente, vão ter que conviver com ele. E, se for assim, que volte a ditadura, já que eleger Bolsonaro vai ser a melhor coisa!

Eu não passei pela ditadura. Eu sou jovem. Mas muitos aqui têm passagem por lá e não querem isso de volta.

E nós não podemos perder de vista — porque, em breve, mais uns 10 ou 15 dias, pois está sendo empurrada para agosto — que teremos a soltura do nosso Presidente Lula. E que daqui nós possamos mandar força para os Ministros, para que façam o entendimento e soltem o Presidente Lula, que é o futuro Presidente da República do Brasil mais uma vez.

E fora, Temer!

Muito obrigado, Deputada. A bênção aos mais velhos e aos mais novos. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Só quero lembrar que foi a partir de um ataque a um terreiro que se criou a delegacia que investiga os crimes de ódio e as discriminações. Foi a partir desse ataque que comoveu o povo de Brasília, a partir de um processo de destruição de parte desse terreiro.

Portanto, temos muitas expressões de violência contra os terreiros. Não podemos achar que isso é natural. E não podemos achar que é natural uma menina, porque está com a indumentária do candomblé, receber uma pedrada na cabeça. Não podemos achar que isso é natural. E nós vamos ter que reagir.

Aqui em Brasília se criou essa delegacia, que é um espaço para fazer um olhar e para poder trabalhar com a perspectiva de entender o que representam os crimes de ódio. Mas temos, como disse o Rafael, algumas outras necessidades.

Restabelecer a SEPPIR é importante porque restabelece a transversalidade das políticas, discute com as políticas de igualdade racial em todas as outras políticas — na educação, na saúde, enfim, em todas as outras políticas. Para isso, é importante ter essa política pública no mesmo nível das outras políticas públicas, ou seja, como uma



secretaria, e não como parte de outra secretaria, com o aspecto de funcionamento de outra secretaria que abarca uma série de outras políticas.

Há uma reivindicação bastante antiga que precisamos transformar em realidade, a que diz respeito à revitalização da Prainha. Ela faz parte da rota turística do Distrito Federal inclusive, é um espaço em que estão estátuas de orixás, que muitas vezes são agredidas e têm as mãos e as cabeças decepadas. É preciso transformar a Prainha num espaço cuidado pela própria Federação, cuidado e protegido pelo próprio povo de santo. Já há um projeto sobre o estabelecimento de uma praça de alimentação, de gastronomia afro, que é outro elemento que pode ser desenvolvido num processo de geração de emprego e renda — a gastronomia afro —, e também de um espaço onde as pessoas possam conhecer o que representam os orixás, além de um anfiteatro ou um teatro de arena, para a realização de festas. Ou seja, trata-se de revitalizar a Prainha e de transformá-la num espaço permanente, para que possamos assegurar a existência das práticas culturais, da tradicionalidade da cultura levada pelos povos tradicionais de terreiros. Isso também é uma prioridade nossa, nesse processo.

Representante da Secretaria de Gestão do Território e Habitação — SEGEST já esteve conosco aqui, no gabinete, e nos disse que está tentando implementar e concluir o projeto, apesar de todas as dificuldades, tendo em vista que é uma área tombada, uma área em que não pode haver construções permanentes. Mas muitos clubes invadiram aquela área e chegaram ao espelho d'água. Nós podemos preservar e considerar que ali é área tombada — porque é o lado de cá do lago —, ou seja, preservar aquele espaço que já foi escolhido pelo povo de santo como espaço dos orixás ou como Praça dos Orixás. Acho que ninguém o denominou Praça dos Orixás, ele se tornou a Praça dos Orixás. A partir daí, ela passou a abrigar as festividades do final do ano e várias outras festividades. Várias festas de vários orixás são feitas ali. Então, essa é uma das prioridades também.

Eu quero dar a informação de que esta audiência está sendo transmitida ao vivo na página da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no Facebook e no Youtube, além de estar sendo veiculada pela *TV Preta*, um canal dedicado ao registro e à divulgação e valorização da história e da cultura afro-brasileiras.



As imagens e os sons desta audiência serão guardados nesta Comissão, para qualquer tipo de consulta. Por isso, é bom que as pessoas façam de forma clara ao microfone, para que o registro seja bastante percebido e perceptível.

Então, passo a palavra agora ao Wagner Lucena, que representa a organização Coletivo 105, com atuação em economia criativa e visibilidade. Depois passarei a palavra ao João Nogueira.

**O SR. WAGNER LUCENA** - Boa tarde a todos.

Eu sou o Wagner. Represento o Coletivo 105, um grupo de empresas e institutos que trabalham com comunicação e educação em alguns Estados do País há mais ou menos 35 anos.

Eu queria conversar com vocês um pouco e mostrar uma experiência exitosa, a de um projeto com jovens indígenas, e a estruturação desse projeto para jovens de terreiro.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O Coletivo tem um megaprojeto que se chama Alma Brasileira. Nesse projeto, trabalhamos com povos tradicionais e populações em situação de vulnerabilidade. Sempre usamos as ferramentas de audiovisual como instrumento transformador da realidade desses povos ou de diminuição dessa situação de vulnerabilidade, através do seu empoderamento. Com essas ferramentas de audiovisual, esses povos podem ser os protagonistas da sua própria história, para contar, mostrar, divulgar e usar essa documentação como fonte de renda, como geração de emprego.

O Projeto Coisa de Índio foi financiado pela empresa Suzano nos Estados do Maranhão e do Amapá. Lidamos com populações de jovens indígenas e trabalhamos a ideia de proporcionar a esses jovens autonomia através do ensino das ferramentas de audiovisual. Então, nós fomos às aldeias, ensinamos a eles como utilizá-las, como fazer um roteiro, todos os processos de pré-produção, produção e pós-produção de audiovisual, de curtas, de filmes e de documentários, para que eles pudessem, *a posteriori*, ser os agentes desse processo de transformação através da produção de audiovisual.

Nós trabalhamos em três terras indígenas: na Terra Indígena Arariboia, dos guajajaras; na Terra Indígena Krikati, no Maranhão; e numa outra aldeia localizada no Amapá.



Esse projeto tem a duração de 2 anos. No primeiro ano, fazemos os cursos, damos aulas e fazemos as oficinas de audiovisual e toda a pré-produção do material audiovisual dos jovens e, no segundo ano, fazemos a divulgação desse material em âmbito nacional. E acompanhamos esses jovens na confecção da cartela de clientes. Porque o objetivo principal do projeto é o de que, ao final, os jovens construam e mantenham um centro de referência audiovisual, onde eles vão ter os próprios clientes, é o de que eles façam daquele local — no caso específico, as aldeias indígenas — centros de referência de audiovisual. Eles serão os autores e os protagonistas dessa produção audiovisual.

Um dos resultados do projeto foram as mostras de cinema em terras indígenas. O projeto Coisa de Índio alcançou 43 jovens indígenas. Tivemos como resultado físico a construção de dois centros de referência e produção audiovisual, um em cada aldeia. Esses centros ficaram equipados com os equipamentos utilizados durante o projeto. Ou seja, os equipamentos com os quais os jovens alunos tiveram contato, por meio dos quais eles aprenderam as técnicas de audiovisual, ficaram nas aldeias e compuseram o acervo do centro de referência e de produção audiovisual. Com esses equipamentos eles puderam atender uma clientela — que nós do Coletivo recomendamos, referendamos e acompanhamos no primeiro ano — e formar a própria cartela de clientes.

Esses jovens do Maranhão fecharam, ao final do projeto, no ano passado, um contrato de 1 ano com uma fundação, para fazer roteiro, produção, pós-produção, captação de áudio e imagem. Ou seja, não é mais aquela história: *"Ah! Alguém vem aqui fazer um documentário"*. Não. Agora o jovem — no caso, o jovem indígena — é que faz o documentário sobre o próprio povo. É ele, com a autoridade e com a propriedade de quem pertence àquele povo tradicional, que vai ditar qual é o assunto, qual é o tema, qual é o teor daquela produção audiovisual, para aonde ela vai, para quem será mostrada e durante quanto tempo, sobretudo vai se ver ali projetado — ele e os outros jovens. Isso fortalece a memória e a cultura desse povo. Não é mais um terceiro que está mostrando um olhar sobre o povo indígena ou sobre o jovem, é o próprio jovem que está fazendo a história — está fazendo, produzindo e divulgando.

Também como resultado desse projeto tivemos um média-metragem e uma animação. Essa animação foi feita a partir da narrativa, na língua original, de um dos anciãos da aldeia. Essa animação está percorrendo o Brasil e ganhando prêmios. Antes



de ontem, ela ganhou um prêmio num festival, o Florianópolis Audiovisual. Um livro também foi feito a partir da animação.

O principal produto desse projeto são os documentários e os curtas-metragens feitos pelos próprios jovens. Então, esse material é riquíssimo, porque através dele você consegue o resgate religioso, linguístico e cultural daquela população.

Também mantemos um *site* com toda a produção.

Essas são as exposições fotográficas e as premiações que acontecem. Geralmente, é na segunda etapa do projeto que nós começamos a divulgar as produções audiovisuais em âmbito nacional, ou seja, a dar visibilidade a elas.

Os dois principais impactos desse projeto são a empregabilidade, porque você capacita um jovem ou um grupo de jovens para gerarem a própria renda através de uma ferramenta contemporânea, e a visibilidade que esse material, que essa produção dá ao próprio povo.

Como produto final, temos o fortalecimento dos povos, a valorização cultural, a formação de um acervo e a capacitação profissional desse jovem.

Eu queria pedir a vocês que, por favor, assistissem ao depoimento de jovens que passaram pelo curso.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. WAGNER LUCENA** - Esses depoimentos são de jovens que passaram pelo curso. Vocês viram na narrativa deles que eles têm o desejo de dar continuidade. De fato, no contrato de 1 ano fechado por esse grupo está prevista a participação ativa deles tanto na elaboração quanto na execução, na pós-edição e na divulgação de todo o material produzido lá.

Como a Soninha falou no final, eles não vão depender mais de ninguém que venha, somente use as imagens e os depoimentos e depois dê o terceiro olhar.

Agora eu queria falar do povo de santo. E o que o projeto Coisa de Índio tem a ver conosco, o povo de terreiro? Esse projeto foi reestruturado, foi redesenhado para se enquadrar com os povos de terreiro. Quando o Coletivo 105 esteve na RENAFRO e conversou com o Marmo, o Marmo manifestou o desejo de também ter um projeto que diminuísse a situação de vulnerabilidade dos jovens de terreiro. Então, surgiu o Povo de Santo, a Voz das Cabeças, um projeto readaptado para povos de terreiro. Nesse projeto nós juntamos o Coletivo 105, a RENAFRO e a Fundação Cultural Palmares — temos o



apoio institucional da Fundação Palmares —, para fortalecer os laços ancestrais através do registro audiovisual e capacitar esses jovens.

O diferencial entre os jovens indígenas que foram trabalhados anteriormente e os jovens de terreiro aqui do Distrito Federal, particularmente, é que os jovens daqui têm um engajamento em discussões contemporâneas muito mais ativo, muito mais rico. Eles estão muito mais engajados, eles têm muito mais gana de fazer coisas muito mais atuais, contemporâneas, além do resgate religioso, linguístico e cultural.

Então, o objetivo desse projeto é, através da formação de audiovisual, capacitar esses jovens tecnicamente. Eles já têm o discurso na cabeça, eles já sabem o que querem falar. Nós não vamos ensinar a eles o que querem falar, eles já sabem quais são as demandas. O que há é carência de capacitação técnica. O objetivo do projeto, então, é o de fazer essa capacitação técnica, é o de fortalecer uma rede já existente aqui no Distrito Federal e no Brasil, a rede Jovens de Axé, na RENAFRO, e o de organizar seminários e grupos de discussão. Por quê? Vou mostrar mais tarde que o escopo do projeto são jovens monitores, jovens alunos e jovens multiplicadores. Através de seminários e grupos de discussão, nós vamos trazer à mesa todos os jovens que tiverem interesse em participar e na segunda fase vamos divulgar em âmbito nacional toda a produção obtida por esses jovens.

Qual é o impacto? Tal qual no Coisa de Índio, no Povo de Santo vai ser dada capacitação técnica ao jovem que já tenha vontade e já tenha o discurso na ponta da língua. Com isso você prioriza o protagonismo desse povo, porque ele participa do começo, durante o processo e do final.

Através de grupos e seminários de discussão, estimulamos o atendimento das demandas, porque os jovens vão se encontrar, conversar sobre e dar os devidos encaminhamentos. Com isso fazemos também o resgate da memória ancestral. Ao final desses projetos com os jovens, como eu disse anteriormente, temos o resgate linguístico, religioso e cultural desse povo tradicional. E ao final potencializamos a visibilidade.

Reforço a fala da Deputada no começo da reunião: é preciso fazer com que os povos de terreiro apareçam mais. Precisamos mostrar para a cidade e para o País que nós existimos, que somos cidadãos comuns e temos acesso a todas as vias e a todos os instrumentos. Então, a divulgação de material e da cultura através do audiovisual é uma forma de aumentar essa visibilidade e, conseqüentemente, de combater o preconceito.





Esse projeto tem a duração de 32 semanas e é dividido em 4 etapas. A primeira etapa é a da formação dos monitores. Então, os Jovens de Axé que têm alguma experiência prévia com audiovisual e que querem participar são treinados e capacitados para serem monitores. Nesse esquema aqui, nós temos o projeto estruturado para 30 alunos. Então, 30 alunos oriundos de 30 casas diferentes, para que haja representatividade, vão participar como alunos das aulas teóricas e práticas desse projeto. Cada um desses alunos vai estar com 10 multiplicadores ao longo de todo o processo. Então, as equipes são divididas em 11 pessoas: 1 aluno e 10 multiplicadores.

Na segunda etapa, há aulas teóricas e práticas, nas quais esses alunos vão entrar em contato com todas as técnicas de produção audiovisual — absolutamente todas. É um curso de formação e capacitação, para que, ao final, eles tenham condições de ser independentes profissionalmente.

Na terceira etapa, vai haver uma discussão entre monitores, alunos e multiplicadores sobre os temas que vão ser abordados na produção audiovisual. É preciso que a produção audiovisual desse jovem seja representativa. Por isso a participação dos 30 multiplicadores.

Na quarta etapa, que é o segundo ano, você tem todo o processo de divulgação desse material, tanto em âmbito distrital, no Distrito Federal, quanto em âmbito nacional.

O Projeto Povo de Santo está totalmente pronto e estruturado para funcionar em sincronia com a RENAFRO, em sincronia com a Rede Jovens de Axé, primeiro porque não precisamos criar uma rede, se ora ela já existe, e segundo porque era um desejo bem explícito do Marmo que a Rede Jovens de Axé fosse reativada e fortalecida nas diferentes cidades. E nisso o Projeto Povo de Santo se enquadra muito bem. É usar a força e a energia dos jovens para dar visibilidade ao povo de terreiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Quero agradecer ao Wagner a exposição.

Apenas a título de ilustração, quero informar que nós fizemos um questionário, porque o mapeamento de terreiros é dinâmico. Ele não está pronto. As pessoas podem se identificar e se apresentar, e aí você vai adaptando ou mapeando, de acordo com a existência dos terreiros.



Nesse questionário, nós fizemos algumas perguntas, de cujas respostas depreendemos o seguinte: a maioria acha que dependerá de ações colaborativas entre os terreiros mapeados e o Governo a organização de ações efetivas que ajudem a resolver os problemas dos terreiros.

Foram listados os problemas pontuados. O primeiro problema é a intolerância religiosa; o segundo é o melhor aproveitamento da terra; o terceiro, o acesso ao emprego; o quarto, saúde; e, por fim, o intercâmbio cultural entre os terreiros.

Algumas propostas foram apresentadas sobre a questão do acesso a empregos:

*A capacitação dos jovens — concursos, cursos para jovens com possibilidade de estágio remunerado dentro da comunidade —; a não exigência da religião em formulários e entrevistas para emprego; a inclusão dos terreiros em programas de geração de emprego e renda, com qualificação; a adoção de políticas públicas de melhor acesso à educação, com cursos técnicos e tecnológicos voltados para essa população, para a garantia de qualificação e incentivo para empregos, com enfoque na parte cultural dos terreiros, como as baianas de acarajé, confecção de roupas e paramentos de orixá dentro dos próprios terreiros; a criação de cursos de capacitação; o estabelecimento de parcerias com universidades, para promoção de palestras de conscientização sobre a importância do conhecimento na vida de uma pessoa; e a criação fábricas sociais para comunidades de terreiros, para geração de emprego e produtividade.*

Com relação à intolerância religiosa, aqui foi dito o seguinte:

*Necessidade de realizar seminários, realizar mais ações em que a religião possa ser divulgada, realizar campanhas em que o mundo possa nos conhecer e entender, pois a nossa religião é taxada como a que faz maldade, e temos que desconstruir esse pensamento das pessoas; regulamentação do art. 19 da Constituição, que é a definição do diálogo entre Estado e igrejas; políticas públicas de combate à falta de conhecimento da comunidade sobre o candomblé; políticas públicas antirracistas com enfoque em todos os âmbitos — institucional, social e interpessoal —, visto que a intolerância religiosa é uma face do racismo em que se pretere ou criminaliza um culto prioritariamente negro.*



*Tudo começa na educação. As escolas têm que compreender que o Estado é laico e levar a discussão para dentro das escolas de forma lúdica, para que desde cedo as crianças aprendam que o mundo é diverso, a diversidade está em todo lugar a partir de inúmeras espécies vivas, chegando até o ser humano; levar para todas as áreas a história afro, compreender que somos miscigenados; levar debates para escolas, comunidades e até mesmo para outras religiões.*

Portanto, essas são algumas sugestões, lembrando que — e o Tata Edson vai falar sobre isso — há um marco conceitual e que a religião faz parte da tradicionalidade, faz parte da existência dos povos tradicionais, mas não é apenas a religiosidade. Nós carregamos uma cultura e, por isso, as ações que dizem respeito ao fortalecimento e à estruturação de redes nos terreiros não rompem a laicidade do Estado. Nós estamos falando de um povo que tem religião também, mas é um povo que, para além da sua religião, tem a sua forma de ser, a sua história, a sua ancestralidade e faz parte fundante e estruturante da nossa condição de ser um povo deste país chamado Brasil.

No decorrer da nossa audiência, eu vou lendo as outras respostas acerca de saúde, da terra, do intercâmbio cultural, enfim, as outras sugestões que vieram desses questionários.

Passo a palavra, neste momento, ao João Carlos Nogueira, que é da Rede Brasil Afroempreendedor — REAFRO.

**O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA** - Obrigado, Deputada Erika Kokay. Quero pedir licença aos mais velhos, aos mais novos, com todo respeito às nossas religiões de matriz africana. Cumprimento a Comissão pela iniciativa do seminário, que acho de uma importância extraordinária, sobretudo nestes tempos. Quero também cumprimentar o nosso companheiro Hamilton Pereira, de longas e boas brigas no partido, na fundação, e que está sempre conosco, conhece profundamente os desafios que nós temos. Enfim, quero cumprimentar toda a Mesa, os nossos irmãos e irmãs, nossos parceiros de luta.

Eu vou falar da Rede e, certamente, no decorrer da apresentação, vocês irão perceber porque eu inicio falando desse imenso desafio que temos ao pensar o mundo da produção, do desenvolvimento e do emprego e renda no universo da população negra brasileira.



A primeira questão que está nos desafiando é que, a partir sobretudo dos anos 90, em particular e com um diferencial enorme a partir de 2003, com a eleição do Presidente Lula, nós da população negra fomos nos constituindo no Brasil não mais como uma minoria, mas sim como uma maioria. Também há um dado fundamental: nós sempre fomos vistos como mão de obra na relação de trabalho e como consumidores. E, a partir de um determinado momento, que é justamente esse tempo a que eu estou me reportando, passou-se a fazer a seguinte pergunta: *"O que nós produzimos e como comercializamos no mundo do mercado?"*

Nós continuamos sendo, no Brasil, uma população que hoje representa 54% — portanto, a maioria —, mas ainda sendo uma minoria no consumo. Uma pesquisa feita pelo Instituto Etnus, que é parceiro da REAFRO, mostra que, só em São Paulo, no período de 2014 a início de 2015, o consumo com corte racial chega a quase 300 bilhões de reais. Então, é muito relevante o que temos para conversar sobre o que representamos na economia brasileira.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Rede é fruto de um trabalho que se iniciou no finalzinho de 2012 e início de 2013. Vejam vocês que, na ocasião, nem mesmo o SEBRAE tinha dados com o corte raça/cor na sua base de informações. Esse foi o ponto de partida para nós percebermos o tamanho da população negra nas pequenas e microempresas. Há, no Brasil, aproximadamente 23 a 24 milhões de registros de pequenos e microempreendedores, dos quais 53% se autodeclararam pretos e pardos — 53%!

Portanto, quando nós pensamos na base de atuação do SEBRAE, esse serviço importantíssimo para a microeconomia brasileira, estamos falando de um universo extraordinário de participação da população negra. Isso nos preocupou porque, exatamente na base da pirâmide das pequenas e microempresas, estamos nós novamente, como maioria, mas absolutamente em condições muito precarizadas. Essa é a razão da Rede.

Eu tive o prazer de ter sido coordenador-executivo desse trabalho junto ao SEBRAE. Desenvolvemos o trabalho da Rede por 2 anos, o trabalho do Projeto Brasil Afroempreendedor, que é um projeto feito pelo SEBRAE juntamente com organizações da sociedade civil, o Instituto Adolpho Bauer e o CEABRA — Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros.



Por 2 anos e meio, nós desenvolvemos algo que nunca tinha sido feito. Vejam que é necessário entendermos que a ausência de dados impede que pensemos a política pública de maneira consistente. Também nós tínhamos experiências extraordinárias desde os anos 20 e 30. O povo negro é essencialmente associativo e é coletivo também. As experiências que estamos vendo aqui mostram bem como se desenvolve a produção. Mas há uma ideia que se construiu de que a população negra, no período do final do século XIX ao início do século XX, de pós trabalho escravo e início do trabalho livre, era simplesmente mão de obra, que não produzia, que não tinha seus pequenos negócios. Mas nós já tínhamos muitos pequenos negócios, a exemplo das quitandeiras em Florianópolis ou qualquer outro lugar que se possa verificar. Nós fomos sempre muito ativos do ponto de vista da produção.

Em 2013, nós constituímos, num seminário nacional, numa assembleia nacional, a Rede Brasil Afroempreendedor, que já nasceu com mais de 2 mil associados. Esses associados passaram, todos, ao longo desses anos, pelos trabalhos nos Estados. Mas, como essa base é muito grande, nós fomos estratificando por cadeias produtivas, fomos estratificando por setores de produção. Talvez por isso a Rede ainda não seja bastante conhecida em âmbito nacional. Precisamos estratificar muito porque não temos pernas para isso.

Quanto à constituição da Rede, ela tem uma estrutura nacional, com foco em 12 Estados. Vocês depois vão poder ver o mapa desses 12 Estados.

Aqui é sobre os seminários estaduais, que reuniram 1.600 empreendedores, do Amapá até o Rio Grande do Sul.

Em 2015, nós instituímos formalmente a Rede. Eu quero mostrar aqui o lançamento da Rede, que foi em São Paulo, com a participação, à época, de todas as instituições que estavam parceiras nesse projeto.

Onde a Rede encontrou o principal obstáculo? No golpe. Ela dependia muito dessa estrutura de iniciativas públicas e privadas para que pudesse, nos Estados, ser fortalecida. Primeiro, nós recortamos 5% de todo o público em comunidades quilombolas. Segundo, muitas e muitas organizações associativas das religiões de matriz africana nos Estados também participavam da formação e da capacitação. Então, ao final, nós constituiríamos uma grande rede com essa diversidade e pluralidade de representação da população negra brasileira. Isso não foi possível fazer no grau e na velocidade que



pretendíamos exatamente porque ficamos sem os recursos necessários, os recursos públicos e privados, que também minguaram. E ficamos, nos anos de 2016 e 2017 e neste início de 2018, sendo mantidos basicamente por iniciativas do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Hoje nós estamos estruturando a Rede, cuja sede é no Rio de Janeiro, a partir de recortes de iniciativas que nela estão completamente registradas, estruturadas. Vamos lançar agora, no dia 15 de agosto, a plataforma nacional, que abriga esses mais de 3 mil cadastrados, que vão se tornar associados, e vamos, aí sim, dar continuidade aos já reconhecidos nos Estados. Então, há uma base de iniciativas bastante sólida para fazermos isso.

Como estamos estratificando essas informações todas em âmbito nacional? Nós estruturamos um observatório na Universidade Federal de Santa Catarina, que tem parceria com a REAFRO, para fazer isso.

Qual é a grande novidade que talvez exista hoje no Brasil? É que as iniciativas com o corte do afroempreendedorismo, como assim estamos chamando, são enormes. Elas tiveram um salto. De 2010 para cá, é impressionante a diversidade de iniciativas de pequenas e microrredes, de redes locais, de feiras diversas. Isso nós vamos mapeando e estruturando nessa grande rede, porque precisamos ter um ambiente mais sólido para as informações.

As microiniciativas são fundamentais. Se pensarmos, por exemplo, a rede de comunidades quilombolas em âmbito nacional é extraordinária em termos das organizações que essas comunidades foram construindo. Os povos de religiões de matriz africana são do mesmo modo.

Mas nós estamos falando de um universo de mais de 12 milhões de pessoas que têm iniciativas muito semelhantes às todas que nós fazemos. Por isso, é tão importante um aspecto que o Rafael levantou: a revitalização dos espaços sagrados nas religiões de matriz africana. No caso das comunidades quilombolas, há o fortalecimento das iniciativas produtivas nas próprias comunidades. Para as pequenas e microempresas, é necessário haver políticas públicas porque, senão, vai haver um universo de microempreendedores individuais que, evidentemente, não vão conseguir deixar de ser MEIs nunca.

Então, é necessário política pública, investimento público, acesso ao microcrédito, para que isso se torne verdadeiro do ponto de vista da economia brasileira. Não podemos



discutir população negra, povos indígenas como iniciativas isoladas. Eles fazem parte de uma cadeia de produção nacional e têm força econômica real. Se as pequenas e microempresas representam em torno de 24% a 25% do PIB brasileiro, nós fazemos parte disso. E é sobre isso que estamos falando. Nós não estamos falando de grupos minoritários isolados produzindo alguma coisa em algum lugar. Não! Nós fazemos parte de uma cadeia que, do ponto de vista econômico, nos diz respeito.

Por isso, para além de pensarmos hoje o povo negro como cultura, nós vamos ter que pensar o povo negro como inclusão econômica real, concreta, para podermos dizer que superamos o 13 de maio de 1888. Caso contrário, nós continuamos dando passos muito pequenos nesse universo tão grande.

A Rede tem um *site* e, para acessá-lo, basta digitar REAFRO que ele já aparece.

Convido os senhores para acompanhar o lançamento da Rede Brasil Afroempreendedor, uma grande plataforma nacional que poderá ser acessada por todos. É uma plataforma de serviços articulada com um portal de educação e formação à distância. Acreditamos que logo, logo poderemos nos conectar de maneira muito mais objetiva e concreta diante desses desafios que, repito, não se tratam de iniciativas isoladas. São redes que se constituem, às vezes, por necessidade de demanda local, o que é correto, mas precisamos transformar isso em força nacional para a nossa economia brasileira. Nós somos maioria e é dessa forma que devemos encarar a nossa participação na economia brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, João Carlos Nogueira.

Eu vou ler mais algumas sugestões que me foram encaminhadas pelas pessoas que responderam ao questionário.

Sobre saúde, elas disseram que é preciso:

*Fazer campanhas de saúde nos terreiros, convocando as comunidades; fazer palestras para os jovens; dar consultas, fazer a inclusão dos terreiros nos programas de saúde domiciliar; voltar com as campanhas, como a do combate à anemia falciforme, a da Carreta da Mulher e outras semelhantes, dentro dos terreiros; fazer o saneamento básico para alguns terreiros ou trabalhar com fossas sustentáveis; realizar palestras mensais sobre doenças; firmar parcerias com as Secretarias de Saúde, conversando e debatendo sobre temas diversos,*



*sobre o melhor aproveitamento da terra e sobre os programas de agricultura familiar.*

Elas disseram também:

*Ambientes que tenham um amplo espaço podem realizar o aproveitamento com plantações, criações de animais e cuidados com a natureza, para que possam ajudar o próximo; é preciso fazer hortas comunitárias e a inclusão dos povos tradicionais nos programas de reforma agrária e também nos programas de agricultura familiar, como o PRONAF; facilitar a regularização de terras, onde se situam terreiros, bem como estabelecer relações mutualísticas entre projetos de reflorestamento, reservas florestarias e áreas de preservação ambiental dentro de terreiros, visto que a população de matriz africana se preocupa e zela pelo meio ambiente; fazer espaços culturais, pequenos museus da história afro-brasileira, escolas sociais nos terreiros e intercâmbio brasileiro cultural.*

Pontuaram ainda:

- a) promover a convivência com outras comunidades;*
- b) expandir a religião e a cultura nos países, para que seja ampliada e entendida a religião afro-brasileira;*
- c) promover debates, rodas de conversas e visitação entre escolas, universidades e terreiros, considerando-os como polos de cultura e saber tradicional;*
- d) firmar parcerias com universidades, para o povo do terreiro ter acesso a outras línguas e a outras culturas, e as outras culturas terem acesso à nossa cultura.*

Por fim, apresentaram outros problemas e soluções.

*Problemas: Liberdade de expressão — para que nossa cultura possa ser exposta sem que os outros nos julguem e possam entender realmente o que realmente a religião prega.*

*Soluções: Realizar mais divulgações e palestras sobre a religião; fortalecer o acesso ao conhecimento sobre a Previdência Social.*

Aliás, há um projeto nesta Casa para que os detentores do saber tradicional sejam contemplados com a Previdência Social.





Passo a palavra à Nilce Naira Nascimento, Mãe Nilce, Coordenadora da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde — RENA Afro.

**A SRA. NILCE NAIRA NASCIMENTO (MÃE NILCE)** - Olá, meu povo! Boa tarde a todas e todos! A minha benção ao meu povo de axé, que minha Mãe lansã nos abençoe!

Primeiramente, quero agradecer à Comissão, à Deputada por ter me convidado.

Sou Mãe Nilce lansã. Eu sou Yá Egbé do Ilê Omolu Oxum, do Rio de Janeiro, sou filha de santo de Mãe Meninazinha de Oxum.

Eu estou, Wagner, Coordenadora da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras de Saúde, porque essa missão me foi deixada por ogan José Marmo da Silva, na hora de sua partida, meu grande amigo, parceiro, pai e filho. Eu estou tentando, Wagner, levar; você sabe que é difícil, os desafios são grandes e as demandas também.

Nos dias 25 e 26, comemoramos, no Rio de Janeiro, os 15 anos da RENA Afro, e José Marmo foi o homenageado *in memoriam* com a medalha mais importante da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que é a Medalha Tiradentes.

Nós já começamos a seguir os passos dele, começando a botar as coisas em ordem, conforme ele nos ensinou. Estamos tentando. Estou com as ideias do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro – CEDIM.

Não posso deixar de falar da Rede, mas não tenho como falar só da RENA Afro, porque eu sou do Ilê Omolu Oxum, onde temos vários projetos, como o Comunidade Solidária. Eu sempre coloco a Rede junto com as ações do Ilê Omolu Oxum.

O Ilê Omolu Oxum foi fundado em 6 de julho de 1968, por Mãe Meninazinha de Oxum, que se mantém à frente dessa família de axé há 50 anos, inclusive agora estão todos convidados para o dia 7 de julho, em que comemoramos 50 anos de inauguração de nosso axé.

Mãe Meninazinha se tornou uma liderança religiosa pioneira, ao levar assuntos de direitos humanos, racismo, violência doméstica e familiar, prevenção de DST e AIDS, homofobia, lesbofobia para dentro do terreiro. Ela transformou o seu terreiro em um espaço de transformação social e resistência.

Existe o desconhecimento, o imaginário negativo sobre nós povo de terreiro. O que pensam de nós? Que ficamos matando galinha e batendo tambor o dia inteiro, mas não é assim. As pessoas desconhecem o trabalho social e as ações que o terreiro faz. Por isso,



é fundamental que sempre que consigamos ocupar um espaço tão importante como este devemos falar das nossas ações.

Fala-se tanto em racismo, homofobia, sexismo — e, dentro da tradição, nós somos em maioria mulheres e negros —, que são questões determinantes para a nossa saúde. Então, nós temos que ficar falando sobre essas coisas sempre, senão fica aquele imaginário negativo e o desconhecimento do que o terreiro pode fazer.

Eu vou falar um pouquinho da RENAFRO, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, que era a menina dos olhos de José Marmo. A RENAFRO foi criada em março de 2003, durante o II Seminário Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, em São Luís, no Maranhão. Muita gente acha que foi aqui no Rio de Janeiro, mas não foi.

Nós estamos com quatro GTs. Você já falou hoje no GT Juventude dos Terreiros. Temos ainda o GT Mulheres de Axé; o GT Homens de Axé; e o GT de Comunicação. Nós já estamos com 48 núcleos em todo o País. Esse é um trabalho que o ogan José Marmo vem fazendo nesses 15 anos.

A RENAFRO é uma instância de articulação da sociedade civil que envolve adeptos da tradição religiosa afro-brasileira, gestores e profissionais de saúde, integrantes de organizações não governamentais, pesquisadores e lideranças do Movimento Negro.

Bom, qual é o objetivo da Rede? É importante eu dizer isto aqui. O objetivo é valorizar e potencializar os saberes dos terreiros em relação à saúde; estimular práticas de promoção da saúde; monitorar e intervir nas políticas públicas de saúde, exercendo o controle social; legitimar as lideranças dos terreiros; reforçar a importância e interligar as práticas de saúde realizadas nos terreiros com as práticas de saúde do SUS. O terreiro tem suas práticas e saberes — nós temos os nossos banhos, as nossas ervas, a nossa culinária saudável. O povo não conhece muito isso, não, mas nós temos. O terreiro realmente tem essa relação com as práticas de saúde. São ainda objetivos da Rede: contribuir para uma reflexão sob diferentes aspectos da saúde da população de terreiro; e estabelecer um canal de comunicação entre os adeptos da tradição religiosa afro-brasileira e os agentes comunitários de saúde.

A Deputada falou tudo o que eu costumo fazer no terreiro, e eu trouxe um pouquinho disso para mostrar. Vocês receberam um material com os projetos para geração de renda que fazemos no terreiro.



Nós temos nossa culinária. Eu, inclusive, sou professora de culinária e já lancei três livros dentro do terreiro. Vocês receberam um deles aí.

É uma oportunidade que nós temos, quando estamos dando uma aula de culinária dentro do terreiro, para falar, por exemplo, sobre segurança alimentar. A nossa culinária é farta. Então, é importante que façamos isso. Nos cursos de atabaque, por exemplo, em que a maioria é homem, podemos falar sobre violência doméstica e familiar. Nós inclusive já lançamos, no Ilê Omolu Oxum, três publicações — esta aqui é a terceira — e já fizemos três fóruns sobre violência doméstica e familiar. Isso foi feito dentro do terreiro. Já visitei 12 cidades, mostrando a pais e mães de santo o que é possível ser feito, que nós podemos aproveitar o espaço — e geralmente é grande nos terreiros — que fica ocioso nos períodos fora das atividades religiosas para fazer isto: ações para a população do entorno e para o povo de outras casas. Por exemplo, na minha casa, a Mãe Meninazinha, nós temos um ateliê, que é o Ateliê Obirin Odara. Esse ateliê começou com o Projeto Ponto de Cultura, e a casa hoje é um ponto de cultura. Então, fizemos o ateliê, que é todo voltado para as nossas coisas: roupas, contas, guias e culinária.

Já temos alunos abrindo bufê. No Rio de Janeiro existem mulheres vendendo acarajé que fizeram o curso dentro do terreiro. É importante que consigamos trazer o povo, mesmo que não seja da tradição, para dentro do terreiro.

Eu recebo lá muitas pessoas católicas, mas o evangélico não entra. Ele não entra, mas manda a vizinha católica aprender e depois ensinar para ele a fazer as comidas e as coisas. É assim que funciona. Vou fazer o quê?

O que nós fazemos? Valorização da cultura negra e geração de renda. Este projeto é um dos que eu mais gosto, o Projeto Adupé. Nós fizemos vários cursos: confeitaria, atabaque, bijuteria. Para esse projeto, eu peguei dez mulheres do terreiro, dez filhas de santo, que geram renda, Deputada, com coisas que aprenderam dentro do terreiro. Isso demonstra a importância do aprendizado que o terreiro fornece.

Está aqui a foto de cada uma. Elas realmente geram renda, criaram seus filhos, pagaram faculdade com coisas que aprenderam dentro do terreiro.

No Projeto Mulheres de Axé contra a violência doméstica e familiar, fizemos alguns eventos sobre saúde, palestras sobre direitos humanos e divulgação da campanha.



Essa campanha começou, a bem da verdade, em 2005, junto com o projeto da SPM, com a Ministra Nilcéa Freire, junto com a ONG Crioula, no Rio de Janeiro. Esse projeto foi feito em 5 casas de santo do Rio de Janeiro.

Começamos esse trabalho antes da aprovação da Lei Maria da Penha, em 2005. Em 2006, veio a Lei Maria da Penha. Nesta semana, conversando com uma grande amiga, a Jurema Werneck, ela me trouxe um quadro em que mais de 50 mil mulheres foram assassinadas depois da aprovação da Lei Maria da Penha. Isso mexe bastante conosco. Ela me perguntou se eu estava fazendo isso ainda. Eu falei que estava fazendo. Se foram 50 mil, poderiam ter sido 200 mil. De repente, alguém pegou essa informação. É o mesmo caso da violência contra a mulher diretamente.

Eu tive uma aluna que pegou um livro comigo para levar à vizinha, que estava apanhando muito do marido. Eu disse: "*Pode levar*". Na quarta-feira seguinte, ela me devolveu o livro. "*Ela já leu?*" "*Nem deu tempo. Ele já matou ela*". Disse isso como se fosse algo normal. Isso não é normal! É importante que o terreiro fale sobre esse problema.

É como os casos de intolerância. Os terreiros estão sendo quebrados no Rio de Janeiro, vocês sabem. Está uma coisa de doer. Aconteceu com uma baiana aqui em Brasília, coordenadora do nosso núcleo aqui. E, no Rio de Janeiro, está acontecendo demais. Se pararmos de falar, como vai ficar?

De que nós precisamos? Conseguimos levar ao Ilê Omulu Oxum o pessoal da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias para conversar no terreiro. Precisamos de uma ferramenta governamental que coíba a intolerância. Não pode! Olhem o que faz uma casa de santo! Quem não faz, não tem problema, são seres humanos. Temos que respeitar as casas de santo, não só o candomblé.

Essa rede que eu estou coordenando nacionalmente agrega uma diversidade imensa, não é só o candomblé. Através dessa rede eu conheci o Terecô, do Maranhão; o Tambor de Minas, no Pai Euclides; o Xangô; o Xambá; a Umbanda, que a gente já conhece; o Batuque do Sul.

Temos que conviver com esses povos e respeitar o saber e o direito de cada um deles de fazer as suas coisas. (*Palmas.*)

Precisamos de uma resposta! Não podemos ficar morrendo!



Imagine uma mãe de santo pegar o seu assentamento e jogar no chão? Isso para nós é sagrado, gente! Isso não é enfeite para alguém pegar e quebrar! Quem é esse marginal? Quem está fazendo isso? Nós precisamos saber, não é verdade?

Nós vamos continuar. Amanhã vai acontecer em outra casa, depois em outra, mas temos que continuar porque, com fé em Oxalá, um dia isso vai ter que parar; não pode continuar!

Este é o nosso projeto. Sabemos que a intolerância cresce. Vocês já sabem de todos esses dados. A intolerância cresceu 56% no Rio de Janeiro. De abril de 2017 até abril de 2018, foram 112 denúncias, 900 atendimentos, sendo 55% dos casos na capital. Em Nova Iguaçu e Duque de Caxias também houve casos de discriminação; de depredação; de criança que fez santo, mas que não pôde entrar em certos lugares com seu fio de conta; pedrada na cabeça da menina de Logun. Essas coisas que estão acontecendo já sabemos. Há falta de acesso à religião de matriz africana, e o acesso aos cultos é negado em presídios, hospitais e cemitérios.

Estamos lutando pela lei da capelania, que não está funcionando. O pastor entra no hospital, o padre entra, mas a mãe de santo não pode entrar. Ela não vai matar galinha lá. Ela vai levar um pedaço de pano, ou uma (*ininteligível*), que sabemos que faz milagre, não é isso? Ela não vai fazer nada demais. Vai acolher seu filho de santo. Mas não pode.

Eu, por exemplo, se estiver com um pé machucado e tiver que ir ao hospital, eu vou ter que tirar o meu colar de Obá. Mas o problema é no meu pé! O colar não vai atrapalhar em nada. Se eu o uso como proteção, por que eu tenho que tirar? Isso é intolerância religiosa. Sabemos disso. Não podemos entrar com pano na cabeça, não podemos nada. Eu entro, mas nem todo mundo pode entrar.

Falamos aqui da violência, do quebra-quebra, e parece que isso começou a acontecer agora, não é? Só de uns tempos para cá estamos ouvindo falar sobre isso. Mas não é assim não. Vejam ali.

Liberte o Nosso Sagrado. Essa é uma campanha liderada pela Mãe Meninazinha, em conjunto com o Movimento Negro e lideranças religiosas da Umbanda e do Candomblé.

Sabemos que esse material está há séculos numa sala da polícia, chamada de sala da magia negra. A Mãe Meninazinha já foi lá várias vezes com outras mães de santo para ver o material. Nós só queremos um espaço descente para visitação. Ninguém vai lá para



dançar, tocar. Não é isso! Queremos um lugar de respeito que o povo da Umbanda, do Candomblé e de outras tradições tenha acesso. Há muita coisa lá. Nós precisamos rever esse material. A luta é grande. O negócio já vem daí, porque, na época, eles entravam nos terreiros, chutavam os atabaques, chutavam as comidas.

Imagina você colocar um olubajé no chão, e a polícia entrar chutando aquilo tudo? Que dor para nós! Não pode! Não pode! Mas, infelizmente, esse negócio é antigo.

Aí temos a campanha: Delegacia Não É Lugar do Sagrado — Liberte o Nosso Sagrado. Essa é uma campanha que estamos fazendo. Eu acho que nós vamos ter uma resposta.

Eu trouxe algumas sugestões de políticas públicas para o nosso povo, como a criação de delegacias especializadas para crimes de racismo e intolerância religiosa; aplicação das Leis nºs 10.639 e 11.645, para inserção da História e Cultura Afro-Brasileira na grade curricular; criação de materiais didáticos obrigatórios para as escolas. Essa história do material didático eu acho importante porque nós somos de uma tradição que não tem bíblia. A tradição é transmitida pela oralidade. Eu, por exemplo, vou falar aqui o que minha bisavó, a Davina e a minha Mãe Meninazinha falaram para mim. Então, é importante que isso seja registrado para que as pessoas tomem conhecimento do que acontece realmente.

Eu tive um aluno uma vez que queria fazer o curso. Depois, resolveu não fazer mais. Por quê? *"É que eu soube que aqui se mata galinha". "Mas a gente não consegue comê-la viva, meu filho! A gente mata, tira a peninha, tempera, faz aquele xinxim maravilhoso, aquelas comidas"*. Nós de santo celebramos a vida quando dividimos esse alimento com nosso Orixá. *"Ah, mas eu também já vi galinha na encruzilhada". "Mas a gente não bota galinha lá, meu filho"*. Se eu tenho quarto de Exu dentro da minha casa, se posso pegar a galinha, cozinhar e sentar para comer com Exu, por que eu vou colocar na rua, se Exu é Orixá, e Orixá não recebe nada em lugar sujo? (*Palmas.*)

É assim que eu penso. Eu não entrei para o Candomblé porque eu achei o Candomblé bonitinho — eu conto um pouco da minha história aqui neste livro também. Eu nasci lá dentro. Eu não aprendi na Internet. Então, eu falo realmente o que eu aprendi com a minha bisavó, com o meu povo. Quando eu fiz este livro aqui, um monte de gente quis ir lá fazer curso, inclusive filhos de outras casas. Eu disse que estava fazendo este



livro mais para o povo da casa mesmo, porque há muito filho de santo de casa aberta, neto, bisneto, para aprender.

Eu respeito muito o saber de cada um. Se no meu omolocum para Exu eu coloco o ovo em cima, e seu pai de santo coloca maçã, caju ou cajá, eu não vou dizer que ele está errado. Ele aprendeu assim. Nós não temos bíblia. *"Ah, mas ele conhece a tradição"*. Temos de respeitar.

Como é que você faz amalá para o seu santo? Você bota o quê? Quiabo? No batuque se faz com repolho. Eu vou dizer que eles estão errados? O que é isso? Respeito. Se nós conseguirmos nos respeitar, eu acho que já vamos avançar bastante.

Desculpem-me. Eu fiquei muito preocupada com o tempo, mas era isso mesmo que eu queria informar a vocês. Vamos, realmente, pais e mães, aproveitar esses espaços, trazer o povo para dentro do terreiro. Vamos lutar contra a violência doméstica; vamos lutar contra a violência do racismo; vamos lutar contra a violência da homofobia, da lesbofobia, da misoginia, do sexismo. Nós estamos atrás do acolhimento. Não escolhemos ninguém por sua orientação sexual. O Orixá não deixa de incorporar na pessoa porque ela é lésbica ou porque ela é *gay*. Não. Nós acolhemos, e o Orixá também acolhe.

Então, vamos seguir nessa linha e vamos lutar por nossos direitos. Vamos ocupar espaços com igualdade de direito. Eu sempre agradeço a minha ancestralidade, que abriu portas. Não teve oportunidade de entrar, mas deixou portas abertas. Vejam que nós estamos aqui participando.

Minha benção a todos e a todas! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, D. Nilce.

Eu queria saudar os estudantes de Direito da UNISUL de Tubarão, Santa Catarina.

Neste momento, estamos realizando uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, discutindo políticas públicas para os povos tradicionais de matriz africana, tanto políticas de saúde como políticas de geração de renda, educação, segurança alimentar e várias outras.

Essas políticas podem ser construídas a partir das redes que existem e que precisam ser fortalecidas para que nós possamos, enfim, construir um País mais justo, inclusive para que possamos respeitar a cultura, a tradição, a ancestralidade e combater toda sorte de discriminação.



Antes de passar a palavra para o Sr. Edson, eu vou passá-la para o Sr. Hamilton Pereira, Secretário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que aqui também fala em nome do Deputado Ricardo Vale, para que possa fazer uma pequena saudação, porque ele terá que se retirar.

**O SR. HAMILTON PEREIRA** - Boa tarde a todas e a todos.

Peço a benção aos mais velhos — é difícil que haja alguém mais velho do que eu aqui — e aos mais novos e a sabedoria ancestral que a África, por meio dos senhores, oferece a este País.

Eu falo em nome do Deputado Ricardo Vale, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A rigor, é mesmo para fazer uma saudação. Desafortunadamente, eu tenho um compromisso dentro de alguns minutos. Eu vou ter que sair, mas saio com muitas anotações feitas já do que eu ouvi aqui. Eu quero, além de agradecer à Deputada Erika Kokay, nossa batalhadora de sempre, agradecer ao Wagner, ao João Carlos e ao Rafael, que foi muito generoso comigo. Sobre o que o Edson vai falar nós vamos nos encontrar amanhã provavelmente para conversar. E quero agradecer também à Nilce o belíssimo depoimento que nos trouxe.

Eu queria apenas fazer um registro que me parece extremamente oportuno pelo que nós estamos ouvindo aqui. Quando Francisco Pizarro chegou aos Andes para destruir o Império Inca e impor a conquista espanhola, os soldados da conquista espanhola se aqueciam à noite com retábulos de madeira. Eles sentiam muito frio, porque no alto dos Andes faz muito frio. Lá faz muito mais frio do que na Espanha. Assim, foram queimadas as bibliotecas dos Incas.

Nós destruimos o que não conhecemos. Nós precisamos fazer uma pergunta para o País, e essa pergunta deve ser reiterada permanentemente. Pode-se considerar civilizado um País que incendeia templos? Nós precisamos dar respostas políticas para isso. E a resposta política necessária passa pela reconstrução democrática do País, para que nós possamos expulsar os ódios acumulados contra as minorias.

Nós hoje vivemos no País um processo eleitoral em que a principal liderança popular do País se encontra sequestrada pelo Estado brasileiro para que não possa disputar um mandato da soberania popular. O nosso processo eleitoral de 2018 se dá sob tutela, uma tutela judiciária e uma tutela militar.





Os mais novos não sabem o que isso significa, mas os mais velhos ficam de cabelo em pé, quando uma procissão de candidatos ou supostos candidatos à Presidência da República vai pedir vênua a um general. Isso é um perigo! Isso é dar a volta para reproduzir um ciclo que nós imaginávamos que havia sido vencido.

Eu queria, em nome do Deputado Ricardo Vale, agradecer o convite que a Deputada Erika Kokay nos fez e a oportunidade de ouvi-los. Isso é extraordinariamente importante para o nosso trabalho na Comissão de Direitos Humanos aqui de Brasília, que se converte numa cidade intolerante, violenta e que não reconhece espaços sagrados, como, por exemplo, a Prainha. O Rafael se lembra de que, num período extremamente recente, há poucos dias, digamos assim, esse espaço era reverenciado e ganhava visibilidade pública, o que é absolutamente necessário. É preciso mostrar-se. É preciso que a maioria — e nós sabemos quem é a maioria no Brasil — se mostre e dispute o espaço que lhe cabe.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Agradeço ao Hamilton a contribuição.

Passo a palavra para o nosso grande inspirador, eu diria, o Edson Augusto Nogueira, o Tata Edson, que é do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana.

**O SR. EDSON AUGUSTO NOGUEIRA (TATA EDSON)** - *Makuiu* aos meus mais velhos. Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer de forma objetiva pela realização desta audiência pública. Para nós, são raras as possibilidades de podermos fazer esta discussão tão madura e tão objetiva para este País. Então, cada momento como este se torna histórico para nós, e nós temos que compreender isso. Nós estamos fazendo história aqui, pela raridade da fluidez de debates como este. É necessário que nós façamos esse acompanhamento para que possamos visualizar o quanto, ao longo do tempo, nós pudemos ocupar esta Casa e estabelecer uma ação programática e objetiva.

Quero saudar os meus companheiros de Mesa e a Deputada Erika Kokay, que hoje faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Nós esperamos que este cenário se multiplique para os anos vindouros.



Neste momento, quero também dizer a nossa Yá Nilce a grande pessoa que foi Marmo na nossa opinião, que foi um lutador na discussão, no debate que nós fizemos ao longo do tempo.

Quero tentar dividir a minha fala aqui em três momentos, se for possível, na medida em que o que nos antecedeu, na minha opinião, foi um conjunto de possibilidades. Mas, por consequência do tempo e da nossa não condição de ter velocidade suficiente para esgotar as nossas questões, muitas vezes, nós temos que fazer as coisas de forma atropelada, porque a necessidade está na nossa pauta. Por exemplo, nós temos aqui uma discussão sobre desenvolvimento econômico sustentável, que é algo que nós abordamos; temos aqui uma discussão sobre marcos conceituais, que precisam ser visualizados e operacionalizados; e temos aqui o desafio de sobreviver, para que o próximo período não nos tire a vida — é isto que estão querendo nos tirar no próximo período.

O ano de 2018 se avizinha. Enquanto o processo da ditadura militar discutia as questões referentes aos direitos estruturais neste País; nos morros, nos espaços do Rio de Janeiro, nas favelas, estavam tirando a vida das pessoas por uma compreensão única de que precisavam ter uma nova comodidade econômica e estrutural. Famílias estavam sendo retiradas daqueles lugares, com uma sombra à discussão da ditadura militar.

Nós temos uma série de coisas a serem discutidas, mas eu quero fazer uma abordagem de forma objetiva. Muitas vezes, eu faço essa fala e preciso me assenhorar de alguns argumentos. Por isso, se os senhores me permitem, eu quero passar um vídeo rápido, para que possamos enxergar o lugar do qual quero falar de um outro ambiente.  
*(Pausa.)*

Enquanto o pessoal está preparando o vídeo, eu queria avançar na minha fala.

Em relação a esses desafios que acabei de colocar aqui na Mesa, eu concordo com o nosso companheiro Nogueira no sentido de que só tivemos a oportunidade de caminhar agora — nós festejamos isso —, nesse último período, de 2003 ao momento de hoje. Nós estamos, dentro desse período, avançando 100 anos. Nós estamos trazendo a nossa pauta do século XIX para o século XXI. Como você traz para agora o debate do século XIX, que teve uma lógica política de resistência dos nossos antepassados, que dialogou com a Igreja no sentido de colocar as nossas tradições? Os nossos inquices, orixás e voduns foram para baixo! E vieram acima as imagens cristãs, para que pudesse haver um espaço de resistência, de diálogo. Foi feito um pacto naquele período, no século XIX.



Esse pacto não pode estar valendo no século XXI. Nós precisamos recuperar esse cenário e discutir outra pauta.

Por exemplo, eu quero dizer que, em 2001, a tipificação do crime de lesa-humanidade não dizia respeito à minha cor da pele, mas ao direito de eu ser de um povo. O povo que foi escravizado — os 13 milhões — veio de regiões concretas: no século XVI, do povo bantu; no século XVII, do povo bantu e do povo jeje; no século XVIII, do povo bantu, jeje e yorùbá. Essa é a composição estrutural de quem veio escravizado para esta região.

Então, aqui, indistintamente, ou somos bantus, ou somos jejes, ou somos yorùbás. Nós podemos abrir mão disso — e muitos abriram mão. Temos hoje 54% da população brasileira autodeclarativa, segundo dados do IBGE, mas quantos se declaram desses povos? Quantos abriram mão dessa cultura?

Eu, que sou gaúcho, de Porto Alegre, faço uma análise: ontem estávamos vendo o jogo e festejando a eliminação da Alemanha, por causa daquele famoso chocolate de 7 a 1 que recebemos. Todos estavam festejando, mas, em uma parte daquela região, na serra, muitos estavam de luto, porque perderam, pois genuinamente são alemães dentro do solo brasileiro. Nós não temos nenhuma convicção contrária. Lá existe realmente aquilo. Lá existem uma bandeira alemã e uma bandeira brasileira nas casas daqueles atores. O que se preserva é isso.

A Nigéria também foi desclassificada. Entretanto, quantos choraram aqui? A Nigéria é yorùbá, do ponto de vista de onde estamos falando. O Senegal é povo bantu. Isso está presente, para ser pensado. Nós estamos trazendo imagens estruturais para podermos perceber a situação em que estamos. Eu sou Tata, de Angola. Na minha casa, há uma bandeira de Angola. Esse processo é oriundo da discussão do século.

Nós nos perdemos cada vez mais em duas questões básicas. Hoje eu quero dupla cidadania, do mesmo lugar que qualquer alemão em solo brasileiro ou descendente de alemão aqui. As discussões passam para este século considerando-se não o meu processo sagrado, porque isso já está dentro de mim. Eu já estou no sagrado. Eu já sou o sagrado. Entretanto, o Estado brasileiro tem que reconsiderar a minha condição de cidadão, que foi retirada dos meus antepassados quando vieram para cá escravizados. Essa é outra pauta para esse cenário do século XXI. Isso vai na direção do conceito econômico, vai na direção do acesso, vai na direção de todo um outro contexto estrutural.



Do ponto de vista da dialética, o processo deste País pede que você tenha convenções estruturais para dialogar com ele. Hoje, trazer coisas familiares para o universo da política é complicado, porque o outro te olha e não consegue te enxergar. Eu vou citar um exemplo: acho que há uns 10 anos a Conferência Nacional de Saúde determinou que os terreiros são equipamentos de saúde, mas até agora isso não conseguiu ser materializado.

Nós estamos dizendo que não são terreiros — para nós, são; para eles, devem ser Unidades Territoriais Tradicionais, unidades como qualquer posto de saúde. A unidade é territorial, porque faz parte de um território, e é tradicional, porque lá há uma tradição cultural que pode ser constituída. Portanto, há uma série de situações do campo da saúde que podem ser consideradas.

Nós estamos dizendo que as Unidades Territoriais Tradicionais são fundamentais. Cada uma tem um nome, tem um processo, tem uma perspectiva. O Estado brasileiro tem que reconhecer essas unidades. Nós temos de ter marcos conceituais para estabelecer isso. Não dá para chegar lá e ver uma série de nomenclaturas, como casa de santo, templo ou não sei o quê. *"E aí, vocês são tudo isso? Então digam para mim o que vocês são de fato"*. Entendo que é preciso estabelecer essa perspectiva.

Vou caminhar um pouco mais para poder voltar a essa pauta e estabelecer as relações.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. EDSON AUGUSTO NOGUEIRA (TATA EDSON)** - Ele caminha mais ainda com a discussão, mas acho que o recado foi dado, foi consolidado.

Hoje, nós estamos indo a mais prefeituras para discutir com os nossos povos. Temos que ampliar esse cenário. Lá temos frentes parlamentares e estamos trabalhando também com outras questões nessa direção.

O que eu quero concluir com esse cenário? Pretendo avançar na unificação de marcos conceituais.

Há um outro material sobre as nossas políticas, que foi lançado recentemente, mas, por incrível que pareça, foi consolidado em 10 anos — foi consolidado durante a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. *(Pausa.)*

Enquanto ela procura esse outro material, eu quero mostrar para vocês um documento que já está vigorando desde o ano passado. Trata-se de uma cartilha dos



povos tradicionais de matriz africana. Eu gostaria de saber se vocês podem adivinhar quem é a pessoa que assina a cartilha. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EDSON AUGUSTO NOGUEIRA (TATA EDSON)** - É o Michel Temer. Ele se utiliza da nossa discussão, da nossa composição, do nosso trabalho, para determinar a sua política. Ele já está fazendo isso em vários momentos.

O que estamos querendo dizer é que isso aqui é um marco conceitual constituído por nós. Nós tínhamos o entendimento de que seria a companheira Dilma que publicaria esse material, mas, por conta do golpe, por conta de todo o processo de retrocesso neste País, ocorreu nessa medida.

Eu queria convidar a nossa Deputada para fazer a leitura do que ele diz que nós somos. Qual é o marco conceitual que o Michel Temer diz que nós somos?

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - *"Povos tradicionais de matriz africana. O conjunto dos povos africanos para cá transladados, e às suas diversas variações e denominações originárias dos processos históricos diferenciados em cada parte do país, na relação com o meio ambiente e com os povos locais".*

Quer que eu leia a definição de comunidades?

**O SR. EDSON AUGUSTO NOGUEIRA (TATA EDSON)** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Então, vamos lá:

*Territórios ou Casas Tradicionais: constituídos pelos africanos e sua descendência no Brasil, no processo de insurgência e resistência ao escravismo e ao racismo, a partir da cosmovisão e ancestralidade africanas, e da relação desta com as populações locais e com o meio ambiente. Representam o contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.*

*Autoridades Tradicionais de Matriz Africana: são os mais velhos, investidos da autoridade que a ancestralidade lhes confere.*

*Lideranças Tradicionais de Matriz Africana: são as demais lideranças constituídas dentro da hierarquia própria dos territórios e das casas tradicionais.*

**O SR. EDSON AUGUSTO NOGUEIRA (TATA EDSON)** - É isso.



Hoje, então, nós temos um documento assinado pelo Presidente da República, dizendo que nós somos autoridades tradicionais. Isso está descrito ali. O documento tem a assinatura do Presidente e do ex-Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, que hoje é Ministro do Supremo Tribunal Federal. Então, nós temos documentos que determinam regras estruturantes para este debate.

Eu sou uma liderança tradicional. A senhora, minha mãe, é uma autoridade tradicional. Está descrito ali. A sua unidade territorial tradicional diz o que é uma comunidade tradicional e também diz o que é o povo, porque nós queremos legislação para nós, não para o meu sagrado. Nós não podemos caminhar na lógica de pedir política pública para o sagrado. Nós temos que pedir política pública para nós. Eu sou consumidor. É o meu dinheiro que estabelece a política. Eu quero quantificar isso, para dizer que, empiricamente, nós temos um entendimento de que temos 1 milhão de unidades territoriais tradicionais no País. É uma perspectiva! Queremos chegar a um conceito de mapeamento futuro. Nós queremos saber quantas pessoas, atores, estão em cada Unidade Territorial Tradicional. Quem reivindica essa condição? A Convenção nº 169, da OIT, propôs — e propõe — uma consulta prévia no País, para que as pessoas se autodeclarem quem são e como são, para a consolidação de outras políticas.

Eu quero convidá-los a fazer um pensamento único, já que a Mesa quer discutir. Nós estamos trazendo o processo para a questão econômica. Eu também acredito que isso seja fundamental, mas, para podermos discutir as nossas questões econômicas, pelo menos temos que nos ajustar ao diálogo que o Estado brasileiro vai ter conosco. Qual é a nomenclatura que vai ser dada? No Governo Lula e no Governo Dilma, nós estávamos caminhando para essa direção, que está consolidada neste momento. Eu queria convidar a RENAFRO e os outros setores para discutirmos isso juntos.

Ainda neste ano, se possível em agosto, queremos trazer para esta Casa não só o marco conceitual, que o atual Presidente da República subscreve, mas o marco legal em cima dessa perspectiva. Queremos pedir a todos os atores desta Casa que caminhem juntamente com aquilo que o marco diz. Nós temos que trazer o marco legal para os nossos pares. Para mim, esse marco legal vai caminhar para além da discussão do CNPJ, para além da discussão de outras questões. Em relação às reparações, é fundamental que se discuta, porque nós temos uma direção estrutural.



Eu quero concluir a minha fala caminhando um pouquinho mais, se me permitirem, em dois aspectos. Primeiro: nós tivemos a oportunidade de estar aqui para consolidar a discussão do marco conceitual, durante o período do Fórum Social Mundial, em março, quando recebemos as autoridades dos povos tradicionais do Benin.

Quem é povo jeje aqui? Temos alguém? *(Pausa.)*

Todas as unidades tradicionais dos senhores estiveram aqui conosco, e elas nos deram um presente, junto com a Embaixada do Benin. Hoje a Roça do Ventura, que fica no Recôncavo Baiano, na cidade de Cachoeira, é a primeira unidade territorial tradicional que é um consulado dos povos tradicionais de matriz africana.

Isso é acessar o século XXI. Nós estamos dizendo que aquela unidade territorial é um consulado consolidado pelas autoridades tradicionais — o pontífice do povo fon-gbe estava aqui conosco — e a embaixada estabeleceu isso. Essa é outra discussão para este século. Nós estamos caminhando para outro cenário.

Recentemente, há menos de 20 dias, um outro pontífice, o Rei de Ifé, visitou Salvador, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ele passou por aqui dizendo: *"Eu vim falar com o meu povo. Não vim falar com casas de religião. Vim falar com todo o povo que está nas casas"*. Isso é fundamental. Dessa forma, constrói-se política pública. Ele conseguiu construir, na Nigéria, junto ao povo iorubá, o primeiro ministério das relações da diáspora. Ele veio aqui dialogar sobre esse cenário.

Estávamos fazendo a divulgação da vinda deles, numa universidade chamada São Francisco, em São Paulo. Fazíamos, em especial, o comunicado da presença de outros atores, como a do rei da cidade de Ifon, e uma senhora da plateia — havia cerca de 80 pessoas ali — levantou-se e disse: *"Eu quero pedir para o senhor parar de falar de religião aqui, porque não vim para este momento ouvir falar sobre religião. Não me convidaram para vir aqui discutir religião"*. Eu parei a minha fala, olhei para ela e disse: *"Senhora, quem me conhece sabe que eu não falo de religião, não que eu não tenha uma, mas porque este não é meu espaço"*. Ela disse: *"Como não está falando de religião? O senhor está falando de Oxalá, de Ogum, de Oxum."* Eu perguntei a ela duas coisas: *"Nós estamos dentro de uma faculdade, não é, senhora? Esta faculdade se chama São Francisco, está correto?"* Ela disse: *"Correto"*. Continuei: *"Casualmente, a faculdade São Francisco fica num largo. Qual é o nome desse largo, senhora? São Francisco, correto?"* Ela disse: *"Correto"*. Eu disse: *"O Largo São Francisco fica dentro de uma cidade. Qual é*



*o nome da cidade? São Paulo, que fica dentro de um Estado que se chama São Paulo. Está correto, senhora? Eu estou falando aqui de um rei de uma cidade chamada Ifon. O seu reinado é de um trono. O trono é de Oxalá, e tem 8 mil anos. Casualmente, a cidade de Ifon fica dentro de um Estado, senhora. O nome do Estado é Ogum, que margeia um outro Estado, chamado Oxum. Em que momento eu estou falando de religião, senhora?"*

Essas são as abordagens estruturais para este século, na minha opinião. Nós temos que avançar nessa discussão, operar nessa discussão e colocar aqui outros atores e outros debates. Por isso, é plausível buscar a nossa dupla cidadania, num futuro próximo.

A companheira Deputada Erika Kokay tem a tarefa, no próximo período — porque vai ser reeleita por nós — de dialogar com esta Casa para que ela comece a discutir outras formas de diálogo. É nessa direção.

Queria voltar agora para a pauta da minha estrutura, que é segurança alimentar, mas nós estamos trabalhando com soberania alimentar. Vou levantar dois pontos.

Peço desculpas, porque tive que encontrar formas de diálogo sobre aquilo que vim abordar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como disse o companheiro João Nogueira, várias ações estão sendo feitas nacionalmente.

Nós do FONSANPOTMA constituímos, este ano, em caráter nacional, um projeto junto ao Ministério do Trabalho para discutir a economia popular e solidária e o processo de finanças solidárias. Nós estamos construindo todo um procedimento. São realizadas feiras nas unidades territoriais tradicionais. Nós dialogamos com vários atores parceiros, sejam do MST, sejam de outros setores, para discutir a questão dos produtos orgânicos e todo o processo da cadeia produtiva. A ideia é que não se leve só aquilo que se produz no terreiro. Nós somos consumidores, nós compramos o que precisamos. Então, o objetivo é comprar na nossa estrutura, desde que haja uma logística e uma política voltada nessa direção.

Como mostra a imagem, hoje, nós podemos plantar o que está naquele cenário. Algumas pessoas dizem: *"A umbanda não sacrifica animais e, por consequência, ela não é oriunda dos povos tradicionais"*. Eu diria que a umbanda tem mais de 100 anos, não é, minha Mãe? Agora, as casas de carnes não têm 20 anos. Quer dizer, quem dava comida para o preto velho tinha que pegar a galinha no quintal e para fazer a feijoada era preciso





matar o porco. Essa relação está posta. Então, temos que discutir soberania alimentar na sua cadeia mais ampla.

Eu vou caminhar um pouco mais, para determinar as relações.

Esse é um processo que está em discussão com o Governo e com outros setores. Também estamos ampliando a discussão nas cidades com as quais estamos trabalhando, na compreensão de que vamos constituir fóruns nos Estados e nos Municípios. Queremos fazer parcerias com cada um e cada uma que estão aqui.

Concluindo a minha fala, como eu disse antes, este é um momento histórico para todos nós, tendo em vista o que estamos vivendo na política. No ano vindouro, o que está ocorrendo no Rio de Janeiro vai se alastrar em todo o País e atingir a todos nós. A perspectiva é construir antídotos contra isso.

Hoje, no Rio de Janeiro, estamos criando frentes parlamentares estaduais e frentes parlamentares municipais com o objetivo de tratar de questões relativas aos povos tradicionais de matriz africana. Está-se constituindo uma CPI para debater o genocídio dos povos tradicionais de matriz africana. Isso tem que se replicar em outros lugares.

Quero tentar fazer uma parceria com todos os que compõem a Mesa, levando em conta suas possibilidades, para discutir marcos estruturais e ver o que cada um produziu aqui. Na minha opinião, temos tudo para trabalhar juntos. Agora, é preciso ver como podemos fazer isso juntos e de que forma, para avançarmos na política de enfrentamento social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Tata Edson.

Como só temos mais meia hora de audiência, precisamos otimizar nosso tempo. Penso que seja melhor abriremos espaço para algumas pessoas falarem, mas seremos rígidos quanto aos 3 minutos. Vamos proceder da seguinte forma: três pessoas falarão; depois, passaremos a palavra aos componentes da Mesa para fazerem suas considerações por 2 minutos.

Como a audiência está sendo gravada, eu gostaria de pedir às pessoas que digam o nome e o da entidade que representam, se for o caso.

**O SR. ELIANILDO NASCIMENTO** - Boa tarde a todos e a todas.



Meu nome é Elianildo Nascimento. Falo como membro do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa e também pela coordenação do Comitê Distrital de Diversidade Religiosa.

Basicamente, eu queria levantar algumas questões na temática da intolerância. Inicialmente quero recomendar a todos os povos de matriz africana que, neste ano eleitoral, sejam bastante perspicazes no sentido de escolherem aqueles que realmente defendem os seus interesses. Há um processo extremamente grave de apropriação dos espaços políticos institucionais, inclusive do Estado, com proposições religiosas sendo apresentadas como projetos de lei. Há também um determinado candidato — que considero um criminoso por fazer propagação de ódio, de tortura etc. — que disse não existir Estado laico no Brasil, mas uma maioria cristã, e que a minoria que se mude.

No Rio de Janeiro, há casos que já estão se agravando. Desde o ano passado, nós do Comitê Nacional acompanhamos assassinatos de representantes de matriz afro-brasileira e de sacerdotes em Belém, Fortaleza, Sergipe e Alagoas. Todos os casos têm associação, digamos assim, com poder político, narcóticos e religião. Então, temos que estar atentos a esse processo e nos unir.

Quero parabenizá-los e dizer que, no âmbito do DF, um início de política distrital ligada ao combate à intolerância religiosa está sendo trabalhada, sim, pelo Comitê Distrital, que tem vários representantes de matriz africana, e Mãe Baiana é uma das integrantes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Elianildo.

Passo a palavra agora para o Kleyson Moreno.

**O SR. KLEYSON MORENO** - Boa tarde a todos. A minha bênção a todos os mais velhos e mais novos. Boa tarde à Mesa. Obrigado pelo convite.

Sou da Força Afro Brasil. Somos uma ONG que faz um trabalho junto à base da educação. Estamos nas escolas da Ceilândia e na maioria das escolas do Distrito Federal. Recentemente, fizemos uma parceria com o Sindicato dos Professores, o SINPRO, para falar da Lei nº 10.639, de 2003, e de todo o leque que abrange esse trabalho em defesa da nossa cultura afrorreligiosa. Então, é importante que isso caminhe de forma efetiva na Câmara Federal, junto com as políticas públicas do nosso Estado.



Fazemos também um trabalho de resgate. A propósito, hoje vi a postagem da Fernanda sobre a cooptação da cultura negra por meio da capoeira. O judô não é gospel, o caratê não é gospel, e por que essa religião quer cooptar a nossa capoeira, que vem da cultura afro-brasileira? Quero parabenizá-la por isso. Ela é descendente do Mestre Bimba. Por isso, peço uma salva de palmas para a nossa irmã. É muito importante o que ela colocou. (*Palmas.*)

Agradeço por este espaço, que é de suma importância. Finalizo dizendo que temos que andar de mãos dadas para fortalecer essa questão de consciência e de as leis serem efetivamente válidas no nosso Estado.

Um grande abraço a todos. Axé! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Axé, Kleyson!

Passo a palavra agora para a última inscrita, Damiana Campos.

**A SRA. DAMIANA CAMPOS** - Boa tarde. Sou Damiana Campos, hoje moradora do Distrito Federal.

Peço licença a todos e a todas que estão presentes, porque a ideia de estar aqui hoje é para falar de forma mais propositiva da oportunidade que tive de trabalhar nos pontos de cultura do Distrito Federal.

Hoje estou vinculada à Secretaria de Estado de Cultura, por meio de uma consultoria junto à UNESCO, para pensar a Política Distrital Cultura Viva. Em conversa com a Mãe Baiana e a Carol, que é da Fundação Palmares, junto com o pessoal da Secretaria, inclusive com a Jaqueline, que é Subsecretária de Cidadania e Diversidade Cultural, entendemos que a Política Distrital Cultura Viva está aberta a pensar os povos de terreiro. As casas de santo, no olhar mais precioso, atuam nas áreas de cultura e de saúde.

Pensando em saúde e cultura, foi feito um trabalho lindo pela FIOCRUZ, assim como um trabalho forte dentro do Ministério, em tempos anteriores, que podem alavancar a proposta de proteção desses terreiros. Quando buscamos a certificação como ponto de cultura, e se reconhece como tal, estamos ali referendando aquele espaço como importante na comunidade. É um espaço que não só atua fortemente com laços comunitários, mas também é reconhecido numa política nacional.

Naquela conversa, vínhamos falando da importância de trazer esse diálogo para dentro das casas, para dentro da confederação, e ajudar a construir a normativa que vai



pleitear essa implementação no Distrito Federal. Ainda pensando as políticas culturais, o Plano Nacional de Cultura também é um marco importante na construção da política pública em relação aos terreiros, no que remete ao desenvolvimento sustentável. Sabemos também do uso da natureza, e não do uso utilitarista, isto é, da relação da natureza que essas casas têm. Trazer esse diálogo para dentro da política ambiental também é importante.

Deputada Erika, parabéns! Sou sua seguidora, mesmo sendo de terras sertanejas, terras roseanas. Estou muito feliz de compartilhar desta audiência pública.

Eu me coloco a serviço para o que precisarem. Só avançamos quando entendemos a relação profunda que temos com esta terra e o aterrar com a mãe terra também.

Parabéns pelo avanço de estarmos nesta Casa!

Gratidão. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada.

Passo agora a palavra ao último inscrito, Pai Antonio de Oxalá.

Em seguida, passarei a palavra para cada componente da Mesa, por 2 minutos.

**O SR. PAI ANTONIO DE OXALÁ** - Um beijo grande no coração das minhas iyas e dos meus babas, a nossa ancestralidade.

É magnífico! Estou maravilhado com a exposição do trabalho de vocês. Há algum tempo disseram que não éramos organizados. Mentira! Somos sim. O que falta mesmo é ação do Estado, que tem como tendência um silêncio proposital, uma inércia proposital, relacionada à nossa cultura religiosa. Todas as leis têm uma base cristã europeia. Então, é muito difícil adequar as nossas necessidades de acordo com essas leis. Elas não foram vistas para nós — nunca foram! Até mesmo a Lei Áurea não foi vista para os nossos ancestrais, e sim para os interesses econômicos, políticos e outros. Então, vivemos um terceiro milênio em que temos que mudar os discursos. Já falamos muito sobre determinadas coisas, já se esgotaram os argumentos.

Precisamos agora estar dentro de uma realidade mais próxima, que é toda essa transformação política de construção social, cultural e de cidadania, porque somos cidadãos brasileiros. Antes de ser negro, LGBT, comunidade de terreiro, cristão ou de estar em qualquer outra situação, eu sou um cidadão brasileiro, um indivíduo pátrio. Isso jamais pode ser retirado de mim, mesmo que eu tenha uma dupla cidadania. Eu sou cidadão brasileiro e tenho direito à minha religiosidade, à minha cultura. Não podemos



mais ser cerceados por uma cultura religiosa que historicamente provocou dor e destruição, e desconsidera toda e qualquer existência, achando que ela tem que estar sempre sobre tudo e sobre todos. Somos brasileiros, pagamos impostos e temos o direito de exercer a nossa cidadania. E a religiosidade faz parte da nossa cidadania.

Então, eu digo o seguinte: não mexe comigo, eu não ando só, eu sou de terreiro, eu sou brasileiro e eu sou de axé! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Muito bem, Antonio.

Antes de passar a palavra aos integrantes da Mesa, eu queria falar de um projeto que está nesta Comissão, de autoria do Deputado Vicente Candido. O projeto institui o Programa Nacional do Afro-empendedorismo e faz uma série de considerações acerca do seu financiamento:

*Art. 4º O financiamento será concedido, mediante autorização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES (...)*

*§ 1º Os agentes financeiros serão os bancos credenciados pelo BNDES.*

O projeto fala também da remuneração do agente financeiro e dos financiamentos:

*Art. 5º (...)*

*I - liberação em parcelas mensais ou semestrais, por prazo compatível com o plano de negócios apresentado; e*

*II - carência e amortização compatíveis com o plano de negócio apresentado.*

*Art. 6º Os recursos do Programa Nacional do Afro-empendedorismo terão origem:*

*I - nos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador repassados ao BNDES ou por este administrados;*

*II - no orçamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;*

*III - na destinação de parte dos depósitos compulsórios, segundo política monetária do Banco Central do Brasil;*

*IV - na reversão dos financiamentos concedidos; e*

*V - em outras fontes a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.*

Portanto, ele diz que as operações incluem, prioritariamente, a execução de ações necessárias ao financiamento a atividades desenvolvidas no âmbito do Programa



Nacional do Afro-empendedorismo. Em verdade, isso é tratado na lei que rege a questão dos financiamentos.

É um projeto do Deputado Vicente Candido, como eu disse, de 2015. Está nesta Comissão e é importante para que nós possamos ter um instrumento de desenvolvimento do afro-empendedorismo.

Passo, então, a palavra para o Rafael Moreira, por 2 minutos. Vou seguir a mesma ordem.

**O SR. RAFAEL MOREIRA** - Primeiramente, obrigado a todos por ficarem até o fim da audiência.

Vou tratar dos meus pontos rapidinho. Sobre a Praça dos Orixás, como a Deputada mencionou, nas décadas de 60 e 70, ela começou a ser ocupada por muitos praticantes da umbanda que iam fazer as suas oferendas à beira do lago. Era onde ainda é hoje a estação de tratamento de esgoto, onde está a igreja. Na década de 70, ela foi transferida para o atual local, ao lado da Ponte Costa e Silva.

Em 1988, Deputada, um decreto assinado por José Aparecido, então Governador, estabeleceu a criação da Praça de Iemanjá. O local já era ocupado e se colocou ali a Iemanjá tradicional azul dentro da Prainha. Não tinha mais nada, era só a praça com grama e mato.

A revitalização que a Deputada fala foi conquistada, e ela está muito mais próxima do que imaginamos. Por quê? Porque, hoje, oficialmente, conseguimos que seja colocado o mirante dos Bombeiros dentro da Praça dos Orixás. Então, tendo o mirante dos Bombeiros, automaticamente, as políticas chegam à Prainha, inclusive a própria revitalização. Com isso, vamos mexer no local dos orixás, fazer um caminho dos orixás, construir um *deck* na beira da água. Haverá ali, ainda, quiosques, que vão ser concedidos através de licitação. O único quiosque que já está garantido, através de um decreto, é o da sede da Federação, que funcionará na Praça dos Orixás. Essa foi a maior conquista da Federação nesses tempos. Os demais quiosques, como o do acarajé e outros, que trarão benefícios quando estiverem em funcionamento, serão concedidos por meio de licitação.

Ganhamos também na Justiça os 20 metros que o Clube da Engenharia invadiu com cerca viva. Esse espaço fará parte do nosso estacionamento. Hoje, temos problema principalmente quando montamos alguma estrutura, porque perdemos parte do



estacionamento. Também haverá um teatro fixo no local da Prainha para podermos fazer as festividades normais.

Só isso, Deputada. Mais uma vez agradeço.

Deixo um abraço a todos, peço a bênção dos mais velhos e abençoo os mais novos.

*(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Rafael.

Passo a palavra para o Wagner Lucena, por 2 minutos.

**O SR. WAGNER LUCENA** - Eu gostaria de agradecer a oportunidade de mostrar aqui o projeto, discutindo-o e vendo outras possibilidades e outras experiências exitosas.

Obrigado, Deputada Erika.

Lembro à Mãe Nilce que, quando o Marmo fez o desenho do projeto Povo de Santo, ele havia escolhido outros pontos, em outros Estados brasileiros. Havia os núcleos Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Amapá. O projeto foi desenhado para ser executado em âmbito nacional e promover a profissionalização em audiovisual desses jovens de terreiro.

O Coletivo 105 funciona na 215 Norte. Nós estamos abertos para conversar, para tentar novas parcerias, nesse projeto e em qualquer projeto que vise à melhoria das condições e à quebra das vulnerabilidades do povo de terreiro.

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Passo a palavra a João Carlos Nogueira.

**O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA** - Obrigado, Deputada Erika.

Quero reafirmar, Edson, e acho que já colocou isto, que talvez estejamos germinando, e andando a passos largos, a consolidação dessas redes, dessas várias iniciativas, tanto com você quanto com Regina. Vínhamos conversando lá atrás, e penso que isso está amadurecendo.

Na nossa perspectiva, da REAFRO, é necessário fazermos um grande encontro nacional dessas redes, o que pode ser promovido via seminário. O nome não vem muito ao caso. Temos que fazer esse encontro porque há uma pulverização de iniciativas que precisam cada vez mais ter lugares de força. Nós precisamos ter esses lugares de força.

Nós iniciamos o projeto inclusive junto com o SEBRAE, lá atrás, para fazer esse grande encontro nacional. Conseguimos fazer o grande seminário e fortalecer as feiras



em São Paulo, com a Adriana tocando isso com uma competência extraordinária. O encontro das redes afroempreendedoras vai criar um novo marco do ponto de vista das nossas potencialidades.

Eu quero ressaltar, Deputada Erika, a importância do PL 4.057/15. O Deputado Vicente Candido foi um extraordinário aliado nosso em 2014 e 2015 para que o projeto pudesse andar. Hoje, o projeto já está na Comissão, com o Deputado Padre João. Não foi possível, à época, articular com todas as iniciativas de rede, porque o período era o de 2014 e 2015. Esse PL é fundamental, importantíssimo para todos nós.

Eu entendo que esse seminário é um pontapé extraordinário para irmos consolidando as nossas grandes redes, com essa perspectiva de traduzir as especificidades e também, ao mesmo tempo, ganhar musculatura. As fortes redes em âmbito nacional têm forças locais, evidentemente, como foi aqui bem apresentado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, João Nogueira.

Passo a palavra a Mãe Nilce.

**A SRA. NILCE NAIRA NASCIMENTO (MÃE NILCE)** - Eu quero mais uma vez agradecer o convite e a presença de todas e de todos.

Digo o seguinte ao meu povo de axé: vamos organizar as nossas casas, vamos tirar documento, CNPJ. Isso é muito importante.

Há muitos editais de que nós podemos participar em igualdade de direitos com igrejas e ONGs. Vamos levar o povo para dentro do terreiro para que conheça o trabalho que é feito. Isso é importante, não é verdade? Vamos nos organizar e não vamos desistir, não. Vamos dar continuidade ao nosso trabalho e mostrar que nós sabemos fazer.

Eu já ouvi diferentes pessoas dizerem: "*Eu não sei como se faz isso*". E eu disse: "*Você sabe*". Nós fazemos festa para 200 pessoas. Um dá o tomate, outro dá a cebola, outro lava o banheiro, outro vai lá secar o santo. Nós não fazemos isso? O que é isso? Organização. Nós somos organizados. Então, podemos fazer processos sociais sim. Vamos procurar os editais e vamos fazer sim.

Vamos receber o povo que nos procura, vamos orientá-lo e encaminhá-lo para outros lugares quando necessário. Vamos fazer parceria com as DEAMs, com os CRAS, que trabalham, por exemplo, com prevenção à AIDS. Precisamos saber para onde encaminhar essas pessoas quando elas nos procuram. Nós as acolhemos, mas em certo





momento vamos ter que encaminhá-las, não existe outro jeito, e nós temos como fazer isso.

Estou à disposição. Quando quiserem, entrem em contato comigo. Eu sou a Mãe Nilce do Rio Janeiro. A Comissão tem meu *e-mail*, podem pegá-lo com o pessoal. Podem me ligar também. Vou ajudar no que puder nesse sentido, podem ter certeza.

Vamos em frente. Nós não sabemos o poder que temos. Nós temos poder!

Que a minha Mãe lansã abençoe a todos nós!

Axé!

Obrigada pelo acolhimento. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Passo a palavra a Tata Edson.

**O SR. EDSON AUGUSTO NOGUEIRA (TATA EDSON)** - Mais uma vez quero pedir *makuu* a todos os meus mais velhos.

Este momento é histórico. Eu quero reiterar isso.

Agradeço mais uma vez a todos aqueles que estão aqui prestigiando a nossa tradição, os nossos povos tradicionais e as nossas questões.

Quero fortalecer a perspectiva desse pacto entre os atores que compõem esta Mesa para continuarmos com esse debate, com essa questão, juntos, para tentarmos buscar essas soluções coletivas estruturais, porque representamos o País e representamos uma perspectiva diferenciada para este século.

Coloco novamente para a nossa Deputada esse pleito, no sentido de mantermos viva essa proposição, não só como uma semente mas também como um grande espaço de possível colheita, de uma perspectiva efetiva de ações que hoje temos.

Há outras iniciativas no País. Espero que possamos então pensar em outra audiência. Poderemos trazer outros atores com essa mesma perspectiva, no sentido do desenvolvimento econômico sustentável dos povos tradicionais de matriz africana, e todos aqueles que agregam valor a isso.

Gostaria também de propor diálogo sobre o marco conceitual que acabamos de apresentar — alguns já têm acesso a ele, outros não, mas vamos agir para que todos possam acessá-lo. Devemos ir na direção do marco legal. De novo eu queria buscar aqui, com a RENAFRO e outros setores, uma grande parceria para haver a consolidação da proposta em agosto, com a protocolação do PL nesta Casa, chamando a atenção para os povos tradicionais de matriz africana por meio de uma legislação objetiva de Estado.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Queria agradecer aos nossos palestrantes, que compuseram esta mesa. Agradeço a todas e a todos que aqui estiveram.

Acho que, nesta audiência, nós começamos a pontuar a necessidade de identificar as experiências, da mesma forma como estamos identificando, mapeando os terreiros. Aliás, o guia sobre esse mapeamento faz parte do marco conceitual dos povos tradicionais de matriz africana e trabalha com a denominação de territórios tradicionais. Nós vamos buscar identificar as experiências. Eu digo isso porque a potencialidade é imensa, e não apenas para a geração de renda, que foi o tema, em grande medida, da discussão que nós fizemos.

Esse projeto do Deputado Vicente Cândido está em fase de emendas. O Relator é o Deputado Padre João. Nós podemos trabalhar com a perspectiva de promovermos um recorte relativo aos territórios tradicionais de matriz africana para assegurarmos o afroempreendedorismo. Eu quero lhes propor que sugiram emendas a esse projeto, quanto a essa perspectiva e a outras perspectivas, para que possamos aprimorá-lo. Essa proposição tem que passar por quatro Comissões, e esta é a primeira delas. Depois disso, esse projeto não precisa ser apreciado pelo Plenário, pois sua tramitação termina nas Comissões. Nós podemos trabalhar em favor do aperfeiçoamento desse projeto.

O outro aspecto é o das potencialidades. Eu ouvi o que foi dito sobre a experiência da Mãe Nilce e fiquei absolutamente encantada com o trabalho que está sendo desenvolvido lá. Muitos terreiros ou muitos territórios de tradicionalidade já exercem função social. Não há nenhum espaço, nenhuma casa, nenhum território tradicional que não exerça essa função. Todos a exercem, todos, todos. Acolhem pessoas que estão em momento de muita angústia. Acolhem, muitas vezes, povo que está sendo excluído de outros espaços e permitem que ele possa lidar com a sua religiosidade. A religiosidade é o elo, penso eu, que existe entre as casas, entre os territórios tradicionais e a própria população. O povo tem a sua religiosidade. Um povo que se faz povo tem sua religiosidade, sua mitologia, sua construção imaginária, simbólica, tem também a sua forma de ser, a sua cultura.

Tata Edson lembra bastante isto, e ele tem razão, o sagrado não pode ser vilipendiado e não pode ser negado. O sagrado tem que ser preservado, qualquer que



seja a sua forma, qualquer que seja a sua expressão. Mas é mais do que isso. É isso que faz Mãe Nilce, que discute a questão de geração de renda, discute o acolhimento, discute a ocupação do território, e muitas vezes há muitos territórios, discute políticas ambientais, porque existe essa relação com a natureza, rompe o binarismo do Deus e do diabo ou de coisa que o valha. Isso é rompido. Não existe o conceito de um diabo constituído ou de um satanás que persegue, que amedronta. Enfim, rompe um binarismo que é muito nefasto para a sociedade. Isso vale para qualquer binarismo, para qualquer coisa que diga que isso é o branco e aquilo é o preto, que negue o arco-íris, que afirme o que é a noite e o que é o dia e negue o anoitecer e o amanhecer, e assim vai negando a diversidade humana, vai negando as formas que temos para exercer essa humanidade.

Penso que é preciso, portanto, que possamos fazer as emendas e também construir um observatório. Eu acho que seria importante construirmos um observatório que pudesse mapear o conjunto das experiências. Existe essa beleza da experiência da casa da Mãe Nilce e há muitas outras experiências que estão acontecendo.

Existe um terreiro no Riacho Fundo em que as pessoas aprenderam a fazer roupas, belíssimas, que estão inclusive sendo vendidas. Aprenderam isso junto ao Instituto Federal de Brasília, que promoveu um curso. Ofereceu também um curso sobre literatura africana. Na Estrutural, ainda com o Instituto Federal, o IFB, que está extremamente asfixiado, pela ausência de recursos, os meninos aprenderam a fazer jogos digitais e jogos analógicos baseados na história da África. Meninos, adolescentes, jovens aprenderam a construir esses jogos, que têm como motivação e fundamento a história da África. Eles aprendem a colocar nos jogos a história da África. Existem, portanto, experiências belíssimas, como o viveiro, a Farmácia Viva, as hortas comunitárias, as experiências com bambu, entre outras. Então, eu acho que seria importante que pudéssemos construir esse observatório.

Por fim, nós deveríamos marcar uma reunião com o Ministro dos Direitos Humanos para que pudéssemos levar duas proposições. Uma é essa, sobre inclusão do enfrentamento da violência contra a mulher. Os terreiros estão inseridos na comunidade, têm diálogo com ela e a acolhem; podem fazer parte das estruturas de cultura, sem nenhuma dúvida, dos Pontos de Cultura, porque tradicionalidade é cultura; podem fazer parte de redes de geração de renda; fazem parte da RENAFRO — Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, a que pode ser acrescentada uma série de outros



aspectos; e podem construir uma rede que tenha diálogo com várias outras, com as de geração de renda, porque em grande medida a hipossuficiência econômica faz com que as mulheres tenham dificuldade de romper relações abusivas, relações tóxicas, no caso dessa masculinidade tóxica que está tão presente em nosso País. Trata-se então de criar, a partir desses territórios, redes de enfrentamento da violência contra a mulher. Acho que é absolutamente importante que possamos trabalhar com um projeto nesse sentido, a partir das experiências de casas como a da Mãe Nilce e outras.

Outra coisa dita por Tata Edson achei muito interessante. Eu nunca tinha pensado sobre esse ponto. Percebam que sempre aprendemos quando conversamos. Eu me refiro à rede de proteção das pessoas. Por que uma mulher vítima de violência precisa sair do lar e ir para uma casa-abrigo, onde ela fica apartada dela mesma e protegida pela polícia, como se estivesse encarcerada de alguma forma? Por que não levá-la — é isso que o Tata Edson dizia — para uma outra casa da mesma linhagem, para que ela possa ser acolhida em outro local?

Por que então, no debate sobre a rede contra a violência doméstica, a de enfrentamento da violência contra a mulher, não ser considerada campanha de prevenção, de orientação, tudo o que foi dito aqui sobre as várias violências, a identificação dessas violências?

Esse é um povo que sofre muita violência, e só o ser humano tem cultura, só o ser humano tem tradição, só o ser humano tem noção histórica de que somos parte da nossa ancestralidade, só o ser humano tem uma forma de dialogar com Deus, ou com os deuses.

Há que se possibilitar a construção de uma rede que contribua para a proteção de vítimas e testemunhas. Da mesma forma que se pode proteger uma mulher não só com essa campanha de prevenção, mas também com geração de renda, facilitação do seu deslocamento quando está em risco sua integridade física dentro de casa ou em outro local, pode-se permitir que os terreiros façam parte dessa rede integrada pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas — PROVITA e pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte — PPCAAM, não é isso? É encaminhada a pessoa, e ela se sente acolhida, sente-se dentro do seu próprio povo, sente-se participante do seu povo, sente-se, portanto, menos isolada e menos solitária.

Essas são ideias. Penso que deveríamos fazer uma proposta e lutar, Tata Edson.



Acho importante apresentarmos a questão do marco legal como proposição legislativa, para que se transforme em lei. Faríamos aqui, no mês de agosto, uma sessão solene de lançamento dessa proposição e de homenagem, conforme sugerido de maneira extremamente oportuna, a Luiza Bairros, mulher negra, que não está mais neste plano conosco, mas está em outros planos, certamente. Seria feita essa homenagem a ela e a apresentação do projeto sobre o marco legal. Faríamos isso em sessão solene no mês de agosto.

Marcaríamos também essa reunião com o Ministro dos Direitos Humanos para discutir a potencialização e a incorporação das redes e a construção do observatório, que consideraria todas essas experiências, experiências sobre geração de renda, proteção, defesa dos direitos humanos, experiências que existem nos terreiros. Nós precisamos mapear isso e promover trocas, porque é na troca que nos fortalecemos e nos engrandecemos.

Eu penso que deveríamos sair desta audiência com esses encaminhamentos mais imediatos, sem prejuízo da realização de outras audiências. Podemos fazer uma audiência a respeito do projeto de empreendedorismo afro e levar em conta esse recorte. Podemos fazer outras audiências.

Temos uma dificuldade. Este é um ano truncado, porque é ano eleitoral. Nós vamos entrar em recesso daqui a 2 semanas provavelmente. Voltaremos em agosto, no período em que começam as campanhas. Teremos uma dificuldade de funcionamento regular. Portanto, precisamos aproveitar um pouco a oportunidade para se consolidar isso e fazer avançar esse projeto.

Tata Edson lembrava o projeto do Deputado Luiz Alberto. Esse projeto era muito importante, mas não foi aprovado na Comissão. Acabou sendo arquivado porque o Deputado perdeu o mandato.

Temos que trabalhar com essas preocupações. Levando-se em conta tudo isso e todas essas discussões, saímos daqui com mais firmeza, com a convicção de que, para fazer políticas públicas de qualidade, temos que incorporar os territórios tradicionais, potencializá-los e articular redes para todas as políticas de defesa de direitos, enfim, para tudo isso que foi falado nesta audiência, centrada não só na geração de emprego e renda mas também em outras experiências.



Eu queria agradecer imensamente à Mãe Nilce a contribuição. Foi um prazer tê-la aqui.

Agradeço ao Tata Edson, que tem feito essa construção de maneira permanente. Se hoje temos a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, devemos muito isso à contribuição do Tata Edson, que está muito presente.

Agradeço ao Rafael Moreira, Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno, incansável em algumas lutas que estão postas. Ele é pré-candidato a Deputado Distrital. Parece-me importante que haja representantes dos povos tradicionais nos espaços de poder e de discussão das leis.

Agradeço ao João Carlos Nogueira, da Rede Brasil Afroempreendedor. Eu conheço o João há muito tempo. Ele, como eu, é de origem bancária. Eu sou bancária até hoje, bancária aposentada, e ele tomou outros caminhos, todos muito bons. Foram caminhos muito iluminados, muito bons. Ele tem contribuído bastante em várias discussões.

Agradeço também ao Wagner Lucena, que esteve conosco no gabinete e sugeriu que trabalhássemos essas pautas relacionadas a geração de renda, a experiências. Parte da pauta desta audiência pública foi construída a partir das sugestões do Wagner.

Quero dizer que esta Comissão está aberta para receber qualquer tipo de contribuição no sentido de que possamos construir e crescer nesta luta, não apenas para impedir as violações de direitos e reagir contra isso mas também para impossibilitar que isso seja naturalizado. Se o terreiro de uma pessoa é vilipendiado, se ela tem que sair dali, deixar aquele local, e não fazemos nada, é como se cada um de nós estivéssemos, de certa forma, achando que é normal, natural esse nível de intolerância às diversas formas de sermos humanos. Não se trata apenas da religiosidade mas também de outras formas que se constroem dentro desses territórios tradicionais.

Quero agradecer a todas e a todos que estiveram aqui conosco durante todo esse tempo.

Antes de encerrar esta reunião, convoco audiência pública desta Comissão a realizar-se na próxima terça-feira, às 14 horas, para debate a respeito das políticas públicas para autistas no Brasil, o que avançou bastante quanto à legislação, mas não avança quanto à realidade das pessoas que têm transtorno do espectro autista. Convoco ainda reunião deliberativa desta Comissão a realizar-se na próxima quarta-feira, às 14 horas, neste plenário, o Plenário 9.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ  
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM  
CDHM (53238ª Reunião, Audiência Pública)

CD - 55  
28/06/2018

---

Declaro encerra a presente audiência pública. (*Palmas.*)